



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Arqueologia e Antropologia

Mestrado em Antropologia Social

Roteiros e experiências de busca, acesso e utilização de água de alguns moradores do bairro da Malanga, na Cidade de Maputo.

Discente: Cremildo Mubate

Supervisor: Cristiano Matsinhe, PhD

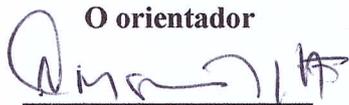
Maputo

2021

Roteiros e experiências de busca, acesso e utilização de água de alguns moradores do bairro da Malanga, na Cidade de Maputo.

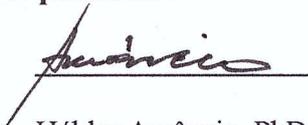
Dissertação submetida ao Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

O orientador



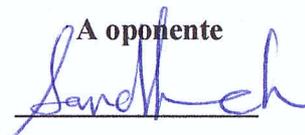
Cristiano Matsinhe, PhD

O presidente



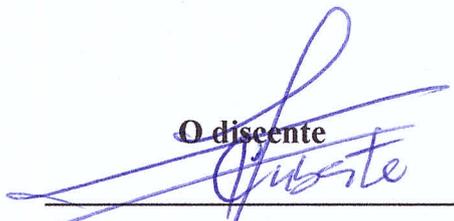
Hélder Amâncio, PhD

A oponente



Sandra Manuel, PhD

O discente



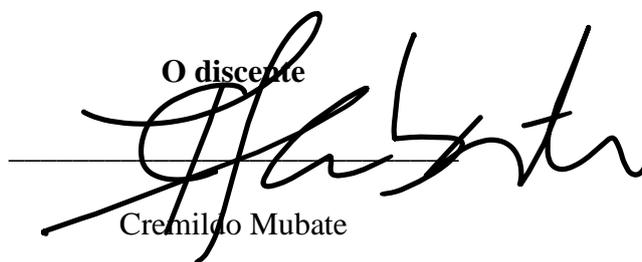
Cremildo Mubate

Maputo, 30 de Novembro de 2021

Declaração

Declaro que esta dissertação é fruto de uma pesquisa original. Declaro, ainda, que a dissertação nunca foi apresentada, anteriormente, na íntegra ou parcialmente, para a obtenção de qualquer grau académico.

O discente



Cremildo Mubate

Maputo, 30 de Novembro de 2021

Resumo

Neste estudo analiso os roteiros e as experiências de busca, acesso e utilização de água de alguns moradores do bairro da Malanga e os seus processos sociais estruturantes. No estudo tomo as pessoas e as suas acções como ponto de referência analítico. Para o efeito, usei o método etnográfico que consistiu no acompanhamento de práticas de busca e uso de água em múltiplas fontes existentes no bairro da Malanga, estabelecimento de conversas formais e informais e observação de rotinas diárias de alguns moradores do bairro. Nesta dissertação argumento que o modelo dual/segregacionista de construção da Cidade de Maputo tem implicações nas experiências de vida dos moradores do bairro da Malanga que se materializam de diferentes formas dependendo da sua posição social. Argumento ainda que, para além da configuração socioespacial da Cidade de Maputo, a estrutura político-institucional e o sistema do modelo económico neoliberal tem, também, um poderoso efeito sobre as práticas e experiências de busca, acesso e utilização de água dos moradores do bairro da Malanga, no entanto, as acções humanas, as redes de solidariedade e as vidas quotidianas destas pessoas são importantes para explicar as diferenciações internas de acesso de água existente no bairro, bem como as transformações que ocorrem no sector de abastecimento de água da Cidade de Maputo.

Palavras-chave: Práticas, Classes Sociais, Habitus e Método Etnográfico.

Abstract

In this study, I analyze the experience of search, access and use of water of Malanga neighborhood residents. The study took people and their actions as analysis framework. And for the conduction of this study, it has been used the ethnographic method, that have been consisted in observation principal practices of user of water in multiple places of taking water in the neighborhood of Malanga and establishing formal and informal conversations. Also, during the fieldwork, the daily routine of 5 people who life at Malanga was observed with more attention. In this dissertation, I defend that the dual model of socio-spatial Maputo City building has implications in the experience of livelihood of the inhabitants of the Malanga that materialize in different manner depending of the social position. I all so defend the point of view that, beside of the socio-spatial configuration of Maputo city, the political-institutional and neo-liberal economic system has a powerful effect on the practices and experiences of searching, accessing and using water of the people of the Malanga, but also their human actions and the daily lives of the people from Malanga are important to explain the internal differences in access to water existing in the neighborhood, as well as the transformations taking place in the water supply sector of Maputo City.

Keywords: Practices, Social Classes, Habitus and Ethnographic Method.

Índice

Lista de abreviaturas e siglas	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Capítulo 1.....	1
INTRODUÇÃO	1
Acesso à água no contexto global	1
Acesso à água no contexto de África Subsariana	2
Acesso à água no contexto de Moçambique.....	3
Os debates em torno da distribuição e acesso à água potável	6
Estrutura da dissertação.....	9
Capítulo 2.....	10
METODOLOGIA	10
Contexto do local do estudo de campo	10
Bairro da Malanga.....	11
Trabalho de campo.....	13
Método e técnicas de produção de dados	16
Etnografia sensorial: uma experiência em locais de busca e utilização de água	18
Capítulo 3.....	23
RESULTADOS: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	23
Processo histórico de construção das Cidades de Moçambique contemporâneo	23
Contexto colonial – 1505 a 1974.....	23
Contexto pós-colonial – 1975 a 2020	25
Cidade de Maputo	26
Reforma do Estado e do sector público de abastecimento de água.....	28
Sector de abastecimento de água.....	30
Implicações do modelo dual de construção da cidade de Maputo e do sistema capitalista neoliberal nas atitudes e práticas de busca de água dos moradores da Malanga	32
Água e seus diferentes significados.....	44
Experiências quotidianas e os seus processos sociais estruturantes	45
Experiências quotidianas.....	45
Explicar e compreender o sentido das experiências e seus processos sociais estruturantes	49
Estrutura social versus acção social: mecanismo de (re) produção e transformação do sistema de distribuição de água na Cidade de Maputo.....	53

Capítulo 4.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
Apêndices e anexos	65
Instrumentos de colecta de dados	66
Credencial	72

Índice de imagens

Imagem 1: Vala de água da Praça 16 de Junho da Cidade de Maputo.....	19
Imagem 2: Roupas colocadas ao sol para secar.	20
Imagem 3: Caminho de escoamento de águas pluviais e das casas de banho	21
Imagem 4: Ligação domiciliária de distribuição de água.	34
Imagem 5: Água jorrando em tubos rompidos	38
Imagem 6: O local depois ser limpo	39
Imagem 7: Um morador captando água da vala 16 de Junho.	42

Lista de abreviaturas e siglas

AdeM	Água de Moçambique
BM	Banco Mundial
DNA	Direção Nacional de Água
FIPAG	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GIRH	Gestão Integrada de Recursos Hídricos
HIV/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida
INE	Instituto Nacional de Estatística
MOPHRH	Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PRONASAR	Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Dedicatória

Dedico esta dissertação à minha esposa, Jofina Félix Mubate, e ao meu filho, Eloi Mubate.

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Doutor Cristiano Matsinhe, meu orientador, pelas lições e experiências partilhadas durante a realização da dissertação. Apreciei bastante o método de trabalho que usou. Um método que me permitiu desenvolver autonomia na condução deste estudo e reflexões independentes sobre o mundo social. Lembro-me que, numa das nossas sessões de consulta de supervisão, Professor Cristiano dizia algo parecido como: “Vão ao campo e tragam-me dados, e me venham contar como superaram os constrangimentos do campo, de forma ética”.

Agradeço, profundamente, a Prof. Doutora Sandra Manuel e Prof. Doutor Hélder Amâncio, membros da banca de avaliação desta dissertação, pelos comentários e sugestões feitos para a melhoria contínua da dissertação. Os meus agradecimentos são extensivos a todo o Corpo Docente do Curso de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Eduardo Mondlane (Prof^a. Doutora Margarida Paulo, Prof^a. Doutora Esmeralda Mariano, Prof^a. Doutora Carla Braga, Prof. Doutor Elísio Jossias, Prof. Doutor José Adalima) pelos conhecimentos e experiências partilhadas durante as aulas. Agradeço também ao corpo técnico-administrativo do Curso de Mestrado em Antropologia Social, especialmente ao Sr. Jacinto Nhantumbo, pelo apoio administrativo.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todos e a todas participantes do estudo que, de forma voluntária, aceitaram partilhar comigo e com o mundo os seus conhecimentos e experiências de vida. Agradeço também aos meus e minhas colegas do Curso de Mestrado em Antropologia Social (Edição 2019) pelas experiências partilhadas e pelos momentos gloriosos que passamos juntos.

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

Acesso à água no contexto global

O termo acesso tem sido definido de várias formas, dependendo do sector a qual será utilizado o termo. No sector de água, o termo acesso é definido não só em função ao direito a propriedade/equipamento de distribuição de água, mas principalmente em relação aos mecanismos que levam as pessoas a se beneficiarem de objectos materiais, institucionais e simbólicos deste recurso (Ribot e Peluso 2003 citado por Empinotti 2008). Neste texto, o termo acesso é usado como disponibilidade de fonte de água, acessibilidade física (distância entre as moradias e a fonte de água), acessibilidade económica (poder de compra dos usuários para pagar pelos serviços) e acessibilidade material (disponibilidade do líquido nas fontes).

No contexto global, as discussões sobre o acesso à água podem ser observadas desde a conferência Dublin de 1992 que, de forma embrionária, contribuíram nas orientações para a conferência do Rio, de 1992, que elencou, na sua agenda, questões importantes sobre a protecção da qualidade e do suprimento da água potável, gestão participativa, a valoração económica da água e a sua gestão sustentável. Foi, ainda, na conferência de Dublin que se desmitificou a ideia de água como um recurso infinito, exigindo o seu uso racional e que não prejudique gerações futuras.

A conferência Dublin cristalizou a relação entre o acesso limitado de água potável, pobreza e doenças, sobretudo de origem hídrica (Bos *et al* 2016; WaterAid 2020). Neste âmbito, as organizações internacionais, como Organização Mundial da Saúde (OMS) vem, cada vez mais, privilegiando a água potável, o saneamento melhorado e a higiene adequada como medidas de prevenção de infecções diarreicas e promoção da saúde, especialmente nos “países em desenvolvimento”. Por exemplo, a ONU, de 2000 a 2015, implementou os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), cujo sétimo objectivo visava reduzir para metade o número da população no mundo (que era estimada em cerca de 1,0 bilhão de pessoas) sem acesso permanente à água potável, entre 1990 e 2015 (ONU 2000; Wasonga, Okowa e Kioli 2016; OMS 2010; 2019).

Em 2010, a Assembleia das Nações Unidas aprovou resolução A/RES/64/292, que reconheceu água limpa, segura e o saneamento adequado como direito humano essencial para pleno gozo da vida, além de imputar outros direitos. A partir desta formulação

surtem várias pretensões com intuito de fortalecer internacionalmente o reconhecimento do direito à água, e na mesma senda exigiu-se a cooperação dos Estados para o aperfeiçoamento das políticas públicas de acessibilidade da água limpa e segura. Anos mais tarde, em 2015, foi aprovada a Resolução A/RES/70/169, estabelecendo de forma ampla o direito humano à água (Bos *et al* 2016).

Ainda em 2015, em seguimento aos resultados alcançados nos ODM, a ONU aprovou a Agenda 2030 para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que propõem 17 objectivos que se interrelacionam, considerando a erradicação da pobreza a maior ambição na articulação da dimensão económica, social e ambiental. Uma vez mais a questão da água e saneamento mereceu uma atenção especial, consagrado no objectivo 6 (ODS6) – que visa assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas as pessoas (ONU 2015; Bos *et al* 2016).

Apesar dos resultados alcançados na prossecução dos ODM e esforços empreendidos sob ponto de vista político-legal, o acesso a água limpa e segura, saneamento aceitável e higiene eficaz continua sendo um desafio persistente com consequências devastadoras para os indivíduos, economias e meio ambiente. Até 2020, no mundo, estimava-se que 2,2 bilhões de pessoas não possuíam serviços de água de acordo com os padrões internacionais de acessibilidade, inclusão e integração da componente da higiene menstrual. Acredita-se, ainda, que metade destas pessoas (1,1 bilhões) vivem na África, sobretudo na região subsariana (Wasonga, Okowa e Kioli 2016; UN- Water 2020).

Acesso à água no contexto de África Subsariana

Na África Subsaariana somente 24% da população (estimada em 1.080.429 de habitantes) têm acesso a água potável e 28% têm instalações de saneamento básico que não são compartilhadas com outras famílias, onde o ônus da colecta recai principalmente sobre mulheres e meninas, muitas das quais gastam mais de 30 minutos em cada viagem para buscar água (UN Water 2019). Nesta região, para além da baixa cobertura de abastecimento de água, existem graves problemas no fornecimento e acesso de água para os moradores das zonas rurais e situados em espaços suburbanos ou periféricos das cidades. Por exemplo, em Angola, entre 1982 a 2002, o consumo médio diário por pessoa, sobretudo as que vivem em zonas periférica da cidade de Luanda, chegou a estimar 30 litros, abaixo do normal que são 100 litros diários por pessoa - segundo a ONU (Pereira 2011; Roda 2012; UN Water 2019).

Zimbábue, apesar de ser um dos países africanos a reconhecer constitucionalmente o direito humano a água em seu texto constitucional de 2013 - postulando que todas as pessoas têm o direito ao acesso a comida e água suficiente, a falta de água é comum em vários lugares rurais e suburbanos. Segundo a ONU, cerca de 5000 mil cidadãos zimbabuanos enfrentam problema com o acesso a água potável. O País depara-se com falta de infraestruturas capazes de proporcionar uma distribuição eficiente da água a sua população. Entre os anos de 2008 e 2009, enfrentou sua maior crise hídrica por falta de água (Roda 2012).

Em muitos contextos dos países africanos, a problemática de distribuição desigual da água entre as populações é, por um lado, derivado pelo modelo da construção dos espaços urbanos, marcado por dualidades onde, por um lado, temos áreas urbanizadas, planificadas, com infraestrutura e serviços diversos – cidade de cimento que eram habitados pelos colonos e, de outro lado, áreas que podemos chamar de “periferias”, com construções precárias, sem infraestrutura, como escola, posto de saúde, posto policial, iluminação, água tratada, esgoto, transporte público, colecta de lixo, circulação viária, eliminação de risco de vida – cidade de caniço que eram habitados por nativos que procuravam trabalho nas cidades (Custódio e Maloa 2018). Em muitos países este modelo foi reproduzido depois das independências, como veremos na secção de análise de dados para o caso de Moçambique, em geral, e cidade de Maputo, em particular.

Constata-se também um limitado investimento no sector de água e saneamento dos governos dos países da África Subsariana e uma forte dependência de financiamento externo, em especial de Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário de Investimento (FMI), em forma de subvenção ou empréstimos.

Acesso à água no contexto de Moçambique

Moçambique é um país situado na região da África Austral, com um rápido crescimento populacional. As projeções demográficas feitas na base dos resultados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 indicavam que, até o ano 2020, o país possuía cerca de 30 milhões, 66 mil e 648 de habitantes (INE 2019).

Em termos de recursos hídricos, o país goza de um potencial tanto superficiais como subterrâneos. As águas superficiais constituem a maior fonte de água (216 mil milhões de metros cúbicos); 103 -bacias hidrográficas; quase todos os principais rios são

internacionais. O país goza também de um leque de leis, políticas e planos estratégicos no sector hídrico (Matsinhe, Nhamazi e Rafael 2007; Colin 2002; MOPH 2012; Lei de Água de 1991, Política de Água 2007; PRONASAR 2006; 2018; ENASU 2011; ROSC 2013). No entanto, apesar do país possuir estas potencialidades, cerca de 13 milhões da população (correspondente à 46% da população total) não tem fonte básica de água potável ou poço coberto próximo de casa (WaterAid 2020).

Moçambique, à semelhança de outros países da África Subsariana, a distribuição de serviços água é assimétrica em termos regionais (norte, centro e sul) e em termos de zonas rurais, suburbanas e urbanas (Shamila 2011; WaterAid 2012; 2013; Nhaurire 2017).

Por exemplo, na Cidade de Maputo estima-se que 83.8 % da população tem acesso à água potável (UN Habitat 2020). Ora, esta percentagem moderadamente alta de acesso à água ocultam as graves lacunas de serviços prestados as populações economicamente desfavorecidas nas zonas peri-urbanas – cidade de caniço, em contraste com as populações relativamente mais privilegiadas nas zonas urbanas – cidade de cimento.

Em 2019, no âmbito da realização de um trabalho da Disciplina Subjectividade e Terapia do Curso de Antropologia Social na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), fiz algumas visitas exploratórias no bairro da Malanga e constatei que alguns moradores deste bairro se deparam com limitado acesso ao sistema público de abastecimento de água. Em função disso, observa-se multiplicidade de práticas de busca e uso de água, onde alguns moradores recorrem à água da torneia para beber e confeccionar os alimentos, e para lavar a roupa e uso na casa de banho, recorrem à água da vala 16 de Junho e tubos rompidos.

A baixa cobertura e distribuição desigual de Serviços de Abastecimento de água no País, de acordo alguns estudos, tais como (WaterAid e Tearfund 2003; Uandela 2012; WaterAid 2012; 2013), tem sido explicado, por um lado, pela instabilidade e falta de vontade política, legislações inadequadas, mecanismos institucionais instáveis, falta de coordenação entre os agentes provedores de serviços públicos e financiamento insuficiente. Estes estudos permitem constatar as fragilidades multissetoriais existentes e fraco investimento que, por sua vez, recai na provisão limitada de serviços de abastecimento de água ao cidadão.

Por outro lado, alguns estudos, como por exemplo Custodio e Maloa (2018), explicam a distribuição e acesso desigual de água entre as populações nas Cidades de Moçambique contemporâneo como sendo resultado do modelo dual/segregacionista de construção dos espaços urbanos – onde, por um lado, temos cidade de cimento e, por outro lado, temos cidade de caniço.

As cidades de cimento são áreas urbanizadas, planificadas, com infraestrutura e serviços diversos e, as cidades de caniço são áreas em entorno das cidades de cimento, como por exemplo o bairro da Malanga, caracterizadas por construções precárias, com limitadas infraestrutura (escola, posto de saúde ou posto policial, entre outros) ou serviços urbanos básicos - iluminação, água tratada, esgoto, transporte público, coleta de lixo, circulação viária, eliminação de risco de vida (Custodio e Maloa 2018).

Foi inspirado na abordagem dual de construção das cidades para explicar as diferenças de acesso de água na cidade de Maputo que surgiu a minha pergunta de partida para o estudo, que é: em que medida os processos históricos de construção da Cidade de Maputo e o actual modelo de gestão de água explicam as diferenças de acesso e utilização de água na Cidade de Maputo, em especial no bairro da Malanga? Agregada a pergunta de partida surgiram as seguintes sub-questões de reflexão do estudo: o simples facto de alguém viver no bairro da Malanga implica dizer que tem acesso limitado a água potável? Se não, quem são (em termos de perfil social) os menos beneficiados no acesso de água potável? E, por que? Existem outras variáveis correlacionadas que podem possibilitar explicar o acesso limitado de água? Se sim, quais são?

Através da minha principal pergunta de partida, defini como objectivo geral do estudo compreender os processos sociais que estruturam as experiências de busca, acesso e utilização de água dos moradores do bairro da Malanga, com enfoque para as implicações na condição de vida dos moradores do bairro da Malanga. Em termos específicos, o estudo mapeou as principais fontes de busca e acesso de água no bairro da Malanga; descreveu as diversas práticas de busca, acesso e utilização da água dos moradores do bairro da Malanga e seus processos sociais estruturantes; e, por último, analisou os mecanismos de produção e reprodução do modelo de distribuição de água existentes no bairro da Malanga.

Os debates em torno da distribuição e acesso à água potável

Os debates sobre distribuição e acesso da água potável giram em torno da seguinte questão: como a água deve ser partilhada entre os membros de uma sociedade ou os habitantes do mundo? Esta questão liga-se a duas outras questões: de justiça social, por um lado, e de economia política, de outro lado. A preocupação crucial é a equidade de acesso à água potável para pessoas de todos níveis de renda económica, grupos étnicos e raciais, idades e sexos (Orlove e Caton 2011).

Nos anos de 1990, no contexto dos países chamados de “subdesenvolvidos”, o qual Moçambique faz parte, as discussões sobre o acesso e distribuição equitativa dos recursos hídricos foram, por um lado, dominadas pelas abordagens da indústria de desenvolvimento segundo a qual orientava a introdução de um modelo e práticas de gestão privada de água. Esta abordagem advogava a participação do sector privado no sistema de distribuição de água, a fim de se enfrentar o duplo desafio de (i) aumentar os investimentos nos países em desenvolvimento e (ii) reformar a indústria caracterizada principalmente por provedores públicos ineficientes e com dificuldades financeiras (Von, Krause e Tübingen 2007). Esta abordagem foi alvo de crítica pelo facto de ter olhado somente para aspectos tecnológico e financeiros da indústria de abastecimento de água.

Por outro lado, as discussões foram dominadas pela abordagem da Economia Política argumentavam que não existe uma única solução para a problemática da água, seja ela tecnológica, económica, burocrática ou política, que funcione globalmente. Uma das potencialidades desta abordagem da economia política foi o facto de ter recuperado o método histórico para analisar os fenómenos sociais (Von, Krause e Tübingen 2007; Orlove e Caton 2011). Todavia, embora haja reconhecimento de uma intervenção integral que envolve dimensões políticas, económicas e socioculturais e uma emersão nos processos históricos, as suas abordagens foram caracterizadas por um reducionismo económico – houve muita primazia aos aspectos económicos para explicar os fenómenos de desigualdade de acesso de água potável ou seja, como diz Ortner (2011), tratou-se mais de uma abordagem económica e menos política.

As outras linhas de debate centraram-se na dicotomia água como fenómeno natural versus água como fenómeno social. Há uma tendência de reduzir água a um fenómeno natural, ao pensar sobre a sua constituição material, mas, ela é integral e conecta vários segmentos

da sociedade, tais como: económico, político, religioso, familiar e outros (Strang 2004; Orlove e Caton 2011).

É na conectividade integral da água com vários domínios da vida social, que os antropólogos e outros estudiosos dos fenómenos sociais se interessam em estudá-la como um “facto social total”, na perspectiva do sociólogo francês Marcel Mauss, manifesta na sua obra *the gift: forms and functions of exchange in archaic societies* (1966). Para este autor, facto social total é uma actividade que tem implicações em toda a sociedade, nas esferas económicas, jurídicas, políticas e religiosas. Diversas esferas da vida social e psicológica são tecidas juntas pelo que ele passa a chamar de factos sociais totais. Um facto social total é tal que ele informa e organiza as instituições e práticas aparentemente bastante distintas (Sell 2006).

Nos debates acima mencionados sobressai a seguinte pergunta – marcante nas ciências sociais, sobretudo na Antropologia, que é: como as normas, os valores e os esquemas conceptuais vêm a ser reproduzidos por e para os actores, ou ainda como Marshall Sahlins, antropólogo norte-americano da segunda metade do século XX, no seu livro *Cultura e Razão Prática* (1976), coloca: qual é a relação entre a razão prática (acção humana) e ordem simbólica (estrutura social)?

Duas perspectivas opostas ganharam expressão. Por um lado, temos perspectiva estruturalistas inspiradas em estudos de Karl Marx, as quais se centram nas estruturas sociais (económicos, políticos, religiosos e outros) para explicar o processo de reprodução social. Fisher (2006), por exemplo, inspirado na abordagem de sistemas mundiais, estudou os factores complexos e os interesses estratégicos que moldam a distribuição da água dentro e entre as nações. E Whiteley *et al* (2008) estudou as consequências de tratar a água como uma mercadoria e permitir que o mercado a aloque um preço em nome de eficiência. Por exemplo, quanto o valor atribuído a água, o que se entende por direito básico ou mercadoria é dificilmente questionado como se essas questões tivessem sido resolvidas há muito tempo em discursos filosóficos e científicos e não precisam ser revisitadas em ambientes onde esses conceitos são altamente contestados ou não têm domínio (Whiteley *et al* 2008; Orlove e Caton 2011). Neste campo de debate, alguns pesquisadores como (Budds 2009; Whiteley *et al* 2008) fornecem análises etnográfica que documentam as intensas lutas políticas sobre a construção de medidas e interpretação de estatísticas, distribuição desigual dos recursos hídricos, divergência de percepções

sobre direito a água e sua monetarização, mostrando que tais lutas frustram o planejamento e levam ao ceticismo sobre a autoridade de ciência.

Por outro lado, temos perspectivas da acção social que se centram na acção humana para explicar a reprodução social. Por exemplo, a antropóloga norte-americana, Pauline Peters (1994), que através de uma abordagem etnográfica centrada nas práticas dos processos políticos em torno do acesso à terra e água em Botswana, oferece-nos um relato revelador dos factores que levaram a uma distribuição desequilibrada de água no Botswana colonial e pós-colonial. Este estudo é uma tentativa de aprofundar o debate sobre a própria política de desenvolvimento por meio de um exemplo etnográfico e histórico. O trabalho da Peters (1994) permite compreender o processo histórico através do qual os bens comuns estão a ser divididos no Botswana através do exame das perspectivas dos actores em todos os níveis do processo, desde a família pastoral até aos envolvidos em questões políticas mais abstractas.

No debate acima mencionado, nasce uma terceira linha analítica dos fenómenos sociais-abordagens centradas na prática. A teoria da prática, sobretudo defendida, inicialmente, por Bourdieu, sociólogo francês da segunda metade do século XIX, que estabeleceu de forma clara a sua linha de pensamento na obra *Outline of a theory of practice* 1978 [1972]. O outro autor que se destacou, na linha de análise fundada na prática, é Marshall Sahlins, antropólogo norte-americano da segunda metade do século XX, estudioso da “cultura”, com especial atenção a cultura havaiana tendo-se notabilizado por escrever o livro *Ilha das Histórias* (1990).

Estes autores (Bourdieu e Sahlins), dentro dos seus campos debate, procuram explicar o processo de (re) produção social a partir da combinação dos dois modelos explicativos (estruturalista social e acção social). Reconhecem o poder que as estruturas sociais têm de configurar as experiências de vida e opções das pessoas, no entanto, privilegiam também as práticas de vida quotidiana, nas performances das pessoas no dia-a-dia, encenações quer na conduta quer na fala, como elementos capazes de informar/transformar os sistemas.

Neste estudo as minhas linhas de análise são inspiradas, mas não limitadas, nos estudos de Bourdieu (1997); Sahlins (1990); e Peters (1994) não só pelas suas linhas teóricas, mas

também pelas suas abordagens metodológicas, sobretudo por estes dois últimos autores, terem recuperado o método histórico nos estudos da Antropologia.

Neste trabalho uso o termo linha de análise ou “teoria” como uma maneira de ver a realidade. “Teoria é uma espécie de lentes que usado para apreender o mundo estudado” (Macamo 2016:37). Portanto, ao longo da análise dos dados irei cruzar várias linhas de análise, sempre que for necessário.

Estrutura da dissertação

A dissertação é composta por 4 capítulos, sendo o presente capítulo “Introdução” o primeiro. No próximo capítulo (capítulo 2) “Metodologia” descrevo o contexto da pesquisa, o roteiro de entrada e saída no campo, métodos e técnicas accionadas para produção de dados e, por último, partilho a minha experiência de etnografia sensorial em locais de busca e utilização da água e das visitas do bairro da Malanga.

No capítulo 3 “Resultado – análise e interpretação dos dados” analiso o processo histórico de construção das Cidades de Moçambique contemporâneo e suas implicações nas experiências de vidas das pessoas” é constituído por três (3) secções: na primeira secção analiso o processo histórico de construção das cidades de Moçambique contemporâneo com enfoque nas continuidades e discontinuidades, onde mostro os factores que levaram a uma distribuição desequilibrada de água no Moçambique colonial e pós-colonial; na segunda secção mostro as implicações deste modelo na experiência de vida dos habitantes do bairro da Malanga; e na terceira e última secção analiso os diferentes significados associados a diversas fontes de água recorridas pelos moradores do bairro da Malanga.

Ainda no capítulo 3, descrevo as experiências quotidianas de busca, acesso e utilização de água dos moradores de Malanga e os seus processos sociais estruturantes, para tal apresento 4 histórias e experiências de vida dos habitantes do bairro da Malanga, nas histórias para além de traçar um perfil socioeconómico e trajetória de vida das pessoas, procuro descrever as diversas forças sociais que condicionam as práticas de busca e utilização de água. A partir destas histórias de vida ilustro como os processos sociais e as opções políticas de desenvolvimento social estruturam as experiências destas pessoas. E, no capítulo 4, e último, apresento as considerações finais do estudo.

Capítulo 2

METODOLOGIA

Este capítulo é composto por 4 secções. Na primeira secção, descrevo o contexto da pesquisa, onde faço uma breve descrição do bairro da Malanga. Em seguida, na segunda secção, narro o meu roteiro de inserção e saída do campo. Na terceira secção, apresento o método e as técnicas accionadas para produção de dados e, na quarta e última secção, partilho a minha experiência de etnografia sensorial, em que evidencio que os espaços onde os corpos estão situados dispõem percepções sensoriais que estão associados à vários sentimentos, como de vulnerabilidade, bem-estar, risco, segurança e outros.

Contexto do local do estudo de campo

O estudo de campo decorreu na Cidade de Maputo, concretamente no bairro da Malanga. A cidade de Maputo está localizada na zona mais a sul de Moçambique, e tem um estatuto especial de entidade municipal separada. Confina com a Província de Maputo e com a sua capital provincial Matola, que foi separada da Cidade de Maputo em 1987, mas faz efectivamente parte do “grande Maputo”.

O clima é subtropical com uma estação chuvosa que vai de Novembro até Março, muito embora as estações pareçam estar menos bem definidas nos dias que correm. Maputo ostenta um aeroporto internacional, caminho-de-ferro e porto de mar e está ligado à África do Sul e à Suazilândia por estradas nacionais, com a fronteira a apenas cerca de uma hora de distância, de carro. Viajar de carro de Maputo para zona norte do país pode levar até 6 dias, o que mostra a complicada posição de Maputo como capital do país (Paulo, Rosário e Tvedten 2007; INE 2020).

O Município de Maputo está dividido 7 distritos municipais urbanos, que são: Ka Mubukwani, Ka Mavota, Nihamankulu, Ka Maxaqueni, Ka Mpfumo, Ka Tembe e Ka Nyaka. Maputo abrange uma área de 346Km² e a população total é estimada em 1 124 988 (dos quais 546 311 são de sexo masculino e 578 67 são de sexo feminino) o que dá uma densidade populacional de 3. 251 por Km² e conta com vastas áreas de assentamentos informais (INE 2020; UN Habitat 2020).

Tabela 1. Principais dados socio-económicos

Indicadores macroeconómicos -2019¹	
Produto Interno Bruto (PIB)	Preços correntes - (10 ⁶ MT) 167 168 Metical
	Preços constantes – (10 ⁶ MT) 128 253 – Metical
Taxa de Crescimento	3.5%
Estrutura percentual de PIB	19.0%
Indicadores sociais – 2020	
Taxa de analfabetismo	7.0 %
Esperança de vida ao nascer	62, 6 (anos)
Taxa bruta de natalidade/1000 habitantes	23.8
Taxa de mortalidade infantil/1000 habitantes	47,0
Taxa de crescimento da população	0,2 %
Taxa de desemprego (2015) ²	28, 6% - Total Homens - 26,3% Mulheres - 30,9%
Taxa de emprego (2015) ³	51,7%- Total Homens-56,7% Mulheres- 47,3%
População com acesso à água potável	83.8 %

Fonte: INE- Delegação da Cidade de Maputo (2020), adaptado pelo autor.

Bairro da Malanga

Malanga localiza-se no Distrito Municipal Nhlamankulo (Município de Maputo), próximo do Porto de Maputo, e é delimitado pela Avenida 24 de Julho, Avenida do trabalho e Rua 2019. O bairro da Malanga, feito de construções precárias e alvenaria, foi erguido no período colonial e era habitado por nativos (moçambicanos) e algumas pessoas de nacionalidade portuguesa. No entanto, depois da independência nacional, o bairro foi sendo povoado por pessoas, de diversas províncias do país, que trabalhavam temporariamente no Porto de Maputo (Kiambo 2017).

Com o tempo Malanga, sobretudo os Q 5,6 e 7 locais de incidência da pesquisa, tornou-se num bairro com muitos blocos de habitação feitas de chapas de zinco, que serviam de

¹ Usou-se os dados de 2019 porque os de 2020 não estavam disponíveis.

² Dados de IOF 2014/2015

³ Idem

abrigo para aqueles que migravam, de várias partes de Moçambique para Maputo, a procura de trabalho.

No bairro da Malanga vivem cerca de 10 166 habitantes (4 952 são pessoas de sexo masculino e 5 214 são pessoas de sexo feminino), com uma quota de 8.0 % em termo distribuição percentual da população do Distrito Municipal Nhlamankulo - estimada em 127 079 habitantes (INE 2017).

O bairro é, maioritariamente, habitado por descendentes dos primeiros habitantes (os que se consideram de “nativos”) e “inquilinos”, que na sua maioria são jovens, homens e mulheres, oriundos de diferentes províncias do país (principalmente Gaza, Inhambane e Zambézia) para Maputo, à procura de oportunidades de emprego ou comércio. Na sua maioria são comerciantes que exercem as suas actividades nos mercados da Malanga, Fajardo e baixa da Cidade de Maputo. Muitos “inquilinos” têm preferência por este bairro pelo facto de estar perto dos centros comerciais da cidade e pelo valor monetário “baixo” de renda de aluguer (que varia de 500 a 2000 Meticais) quando comparado com outros bairros periféricos da Cidade de Maputo, como Mafalala e Maxaquene, onde as rendas de aluguer de casas em condições quase similares variam de 2.000 a 7.000 Meticais.

O meu interesse sobre as práticas de busca, acesso e utilização de água dos moradores do bairro da Malanga remota desde 2018, quando mudei de residência da Cidade de Maputo para Cidade de Matola, e por imperativos de trabalho, de segunda a sexta-feira, tinha que fazer viagem de carro da Cidade de Matola a Cidade de Maputo, vice-versa. Nestas jornadas era frequente ver pessoas na Praça 16 de Junho (rotunda da Toyota de Moçambique, na Cidade de Maputo), buscando água, lavando roupa e tomando banho em uma fonte de água que se encontra na vala. Por outro lado, a escolha do bairro da Malanga para realização do trabalho etnográfico deveu-se pela existência de diversas fontes de água, das quais os moradores recorrem para diversos fins domésticos. Influenciou também para a escolha do local o facto de eu viver na região do Grande Maputo⁴, o que me permitiu gerir o tempo consagrado para o trabalho de campo e conciliar os recursos financeiros que dispunha para a pesquisa.

⁴ Grande Maputo – é uma região constituída por três municípios, que são: Maputo, Matola e Boane.

Trabalho de campo

A minha inserção no campo e o acesso aos participantes da pesquisa fez-se de duas formas distintas, contudo complementares: a primeira consistiu nas visitas da vala, espaço onde alguns moradores dos Q 5, 6 e 7 frequentam em busca de água. A vala localiza-se na rotunda da Praça 16 de Junho da Cidade de Maputo, na confluência entre as Avenidas da Organização da União Africana e 24 de Julho (zona da empresa Toyota de Moçambique). Para quem vem da direcção - Cidade da Matola à Cidade de Maputo a fonte encontra-se do lado esquerdo, partilhando o muro de vedação com a subestação da empresa Eletricidade de Moçambique (EDM) e um espaço vago, com o chão coberto de capim – que os moradores supõem pertencer a Empreiteira Teixeira Duarte. No interior da vala tem um tubo feito de betão que escoia água durante 24 horas por dia.

A segunda consistiu nas visitas no interior do bairro. O primeiro dia de trabalho de campo consistiu na formalização da minha entrada no bairro da Malanga junto dos Órgãos Municipais da Cidade de Maputo. Levei a credencial, passada pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), à Secretaria Geral do Conselho Municipal de Maputo a fim de obter autorização⁵ para realização da pesquisa no bairro da Malanga. Nesse dia, apresentei-me à Secretaria Municipal do bairro onde tive a oportunidade de explicar ao secretário do bairro os objectivos da pesquisa.

A minha conduta ética no campo não começou e nem terminou com a obtenção da credencial/autorização quer da UEM quer do Município de Maputo, sempre pautei pelo respeito à liberdade das pessoas em decidir participar ou não da pesquisa, privacidade, anonimato⁶ e confidencialidade, durante o trabalho exploratório, trabalho do campo e dissertação do texto.

No segundo dia de trabalho do campo visitei a vala de drenagem onde observei algumas mulheres, homens e crianças buscando a água. A idade das crianças era de 5 a 8 anos, adolescentes e jovens, com idade entre 10 a 18 anos. Enquanto para os adultos (homens e mulheres) a idade estava no intervalo de 24 a 40 anos. O espaço vem sendo maioritariamente frequentado por mulheres adultas e crianças de ambos os sexos. O perfil

⁵ A informação deste procedimento administrativo foi facultada por uma funcionária da Secretaria Municipal da Malanga, no mês de Setembro de 2020 aquando da visita exploratória naquele bairro.

⁶ Os nomes dos participantes usados no texto são fictícios.

socioeconómico destes usuários de água é tratado mais adiante, na secção de análise de dados.

Quando cheguei a vala dirigi-me às pessoas adultas que estavam no local, apresentei-me e expliquei que era estudante do curso de Mestrado em Antropologia Social na UEM e estava na fase de realização do trabalho do fim do curso e dissertando sobre água. Na ocasião solicitei a autorização para estabelecer uma conversa informal. No primeiro momento, depois da formulação do pedido do consentimento para a participação ou não do estudo, as pessoas aceitaram conversar, porém com muito receio. Então, comecei por falar sobre assuntos gerais, como o estado do tempo do dia, que estava muito quente (42° C). Poucas pessoas corresponderam verbalmente à conversa, e a maioria optou pelo silêncio. Diante deste cenário resolvi “estar” no local observando as actividades realizadas e escutando as conversas.

Depois de 2 horas de observação sai em direcção ao interior do bairro, dois minutos depois da minha caminhada encontrei uma mulher a lavar a roupa numa das ruas do interior do bairro onde tinha um tubo condutor de água rompido. Apresentei-me, expliquei o objectivo da minha presença no local e pedi um tempo de conversa. Ela aceitou, porém, três minutos depois da conversa, abordou-me um jovem, que pela aparência física, deveria ter cerca de 28 a 30 anos, o qual questionou: “O que está a fazer aqui?”. Apresentei-me e expliquei os meus objectivos, depois ele disse: “Okay, eu sou chefe de quarteirão 6”. Como não tinha guia de campo, continuei explicando com detalhes os meus objectivos, e pedi-o para que fosse o meu guia do campo. Em troca dos serviços, prometi-lhe pagar 100 Meticais, diariamente, e ele concordou. Em seguida fomos a casa dele e apresentou-me o bairro onde visitamos os quarteirões 6 e 7, respectivamente.

Nas minhas três primeiras visitas ao bairro, algumas pessoas, sobretudo jovens de sexo masculino, interpretaram-me como um agente da polícia, chamavam-me de “cinzentinho”⁷. Perguntavam, com frequência, ao meu guia de campo “qual é o problema?”. Outras pessoas pensavam que eu era funcionário do FIPAG. A fim de ultrapassar o dilema de “cinzentinho”, em um dos dias do trabalho do campo, encontrei 5 jovens conversando e bebendo Gin⁸ numa das “barracas”⁹ que está no interior do bairro,

⁷ Termo local para referir a Agente da Polícia de Protecção de Moçambique.

⁸ Nome de uma bebida alcoólica.

⁹ Barraca é uma palavra usada em Moçambique para designar pequenos estabelecimentos de venda de produtos alimentares e alcoólicos.

resolvi juntar-me a eles nas conversas. Um deles serviu-me bebida, em seguida agradeço pelo Gin e informei que não consumia álcool, por razão pessoal. No entanto, juntar-me a eles foi uma estratégia de aproximar-me cada vez mais as pessoas e conquistar simpatia. Esta estratégia aliada a minha constante presença no bairro possibilitou que alguns moradores “mudassem” de ideia sobre mim, pois “deixaram” paulatinamente de interpretar-me como “cinzentinho”. Senti-me aliviado com isso, pois a categoria de cinzentinho colocava-me em situação de perigo no campo.

Nos dias subsequentes do trabalho de campo, percebi que os moradores do bairro não só estavam cada vez mais familiarizados com a minha presença no local, mas também estavam mais abertos a conversar. Alguns me saudavam, outros se voluntariavam em dar mais informações. Dada a abertura, comecei a circular livremente no bairro e a conversar com as pessoas, algumas vezes sob a orientação de guia do campo, outras vezes sozinho. Depois de estabelecer familiaridade com alguns participantes, decidi seguir a rotina de 5 participantes.

Durante as visitas ao bairro observei vários tubos condutores de águas rompidos a verterem água. Guiado pelos meus “preconceitos” sobre relatos de desvio de tubos de água do FIPAG para as casas, deu-me a impressão de que naquele contexto as pessoas também o faziam. Porém, por causa da conotação de “cinzentinho” e “agente das águas”, nomes que outrora me foram atribuídos tive receios em perguntar sobre este assunto, a fim de não fomentar mais dúvidas sobre mim, bem como salvaguardar a minha segurança naquele local. Infelizmente, este assunto, o qual considero como um dos desafios/limites deste estudo, não foi mais tratado durante o estudo.

A pandemia do Coronavírus (COVID -19) constituiu outro desafio no campo, na medida em que deveria seguir as recomendações de distanciamento social de 1.5 metros e uso de máscara de protecção facial para a prevenção da COVID-19. Nos espaços/contextos de busca de água, os moradores não usavam as máscaras e, em alguns momentos ficavam aglomerados nesses locais. Nestes contextos, eu preferia estar aproximadamente a 2 metros de distância ou mesmo interromper algumas conversas. Contudo, sempre que fosse possível, as conversas eram retomadas em outro dia ou contextos relativamente seguros, no que concerne aos riscos de propagação da COVID -19.

Na última semana do trabalho de campo informei aos participantes que o trabalho de campo estava prestes a terminar. Então, fui-me despedindo dos participantes. Neste contexto, alguns manifestaram interesse em participar como ouvintes na defesa da dissertação. Para estes eu disse: “se puder, irei convida-los/las a participar da defesa, mas sem promessas. O convite dependerá da normalização da situação provocada pelo COVID- 19.

Método e técnicas de produção de dados

O trabalho de recolha de dados que realizei para esta dissertação dividiu-se em dois momentos: No primeiro, fiz a revisão bibliográfica que consistiu, por um lado, na recolha, leitura e análise de obras, artigos que discutem sobre o acesso e distribuição de água potável no Mundo, na África Austral e em Moçambique (bem como relatórios, Leis, Políticas e regulamentos sobre abastecimento de água em Moçambique) e, por outro lado, consistiu na recolha e leitura de livros e artigos do campo da antropologia que discutem sobre problemática da água como um fenómeno social. Para encontrar as obras literárias, comecei por pesquisar na *internet* através de algumas palavras-chaves como: Abastecimento de água no Mundo; na África Austral; em Moçambique; acesso e distribuição de água, Antropologia e Água e outras.

Depois de recolher e organizar os textos de acordo com o tema, prossegui com a leitura rápida dos textos a fim de seleccionar os mais aplicáveis para o tema em estudo. A leitura dos textos abriu-me (através das referências citadas no interior do texto) pistas para explorar mais textos e aprofundar o debate. As informações recolhidas através da revisão de literatura, aliada às visitas exploratórias ao campo, permitiu-me elaborar o projecto de pesquisa desta dissertação, assim como consubstanciar e/ou confrontar com os dados do campo. Contudo, importa salientar que a revisão de literatura foi um exercício transversal que esteve presente em todas as fases da elaboração da dissertação.

No segundo momento fiz o trabalho de campo, o qual foi orientado pelo método etnográfico. Este método de pesquisa requer a participação do investigador no campo e observação dos fenómenos do dia-a-dia dos participantes (Agar 2008; Hammersley e Atkinson 2017). As principais características deste método são: condução do estudo por meio de experiências de vida das pessoas; foca-se também em estudos micros e profundos e envolve captar junto dos participantes a sua visualização e interpretação dos fenómenos.

A etnografia por ser um método que envolve a participação do investigador permitiu-me aprender com os participantes, bem como fazer questões e conduzi-las em contextos/espacos de busca e uso de água.

A implementação do método etnográfico consistiu na estadia no campo por um período de 30 dias, onde apliquei a arte de observar, escutar, sentir, questionar e escrever¹⁰ as práticas e acções do dia-a-dia das pessoas. Fiz estes exercícios, primeiro seguindo o roteiro do meu guião de pesquisa, que consta dos apêndices. Contudo, o guião do campo foi sendo actualizado de acordo com as novas situações do campo.

Para além de me concentrar nos espaços e contextos de busca da água, conversei com usuários de múltiplas fontes de água. As conversas informais eram feitas durante as visitas aos locais de busca e uso de água. Conversei com 16 usuários¹¹ de diversas fontes de água existentes no bairro da Malanga, dos quais 11 são indivíduos de sexo feminino e 5 são de sexo masculino. Adicionalmente, segui a rotina diária de 6 habitantes do bairro da Malanga que usam múltiplas fontes de água.

Os moradores do bairro de Malanga, sobretudo os que participaram deste estudo, são pessoas de baixa renda económica, com níveis de escolaridade variando de 3ª Classe a 10ª Classe. Alguns indivíduos de sexo feminino, categoria que mais frequenta os espaços de busca de água, exercem actividades de venda do tomate, frutas, bolos e outros produtos alimentares nos mercados de Malanga, Fajardo e Baixa da Cidade. Estas pessoas, na sua maioria, são solteiras com 2 ou mais filhos. As outras mulheres, mas também com as mesmas características socioeconómicas, ocupam-se exclusivamente nos cuidados de casa, cabendo a provisão de alimentos, em casa, ao marido.

As experiências recolhidas junto dos participantes do estudo permitiram construir narrativas etnográficas sobre o que as pessoas fazem e dizem fazer em contextos de busca, acesso e utilização da água, possibilitando a obtenção de dados e elementos a partir dos quais construí a minha análise e consubstanciei a interpretação dos dados.

¹⁰ Usei bloco de notas para anotar as informações do campo. Escrevia as actividades que as pessoas desenvolviam nos locais de busca de água e as notas das conversas. Durante o trabalho do campo fazia notas rápidas e, depois da retirada, elaborava textos completos em forma de relatórios. Este exercício era feito no mesmo dia, pois pretendia garantir a máxima recordação possível dos eventos observados. Os relatórios diários do campo eram transcritos em formato *word* e armazenados no meu computador, o qual é protegido por uma senha de segurança.

¹¹ Não apresento a lista dos nomes dos beneficiários porque prometi, de forma alguma, mencionar no texto. Portanto, uso nomes fictícios durante no texto.

Etnografia sensorial: uma experiência em locais de busca e utilização de água

Nesta secção uso antropologia sensorial que olha para a materialidade da água (olfacto, cor, paladar e aspecto da água) no processo de recolha de dados nos diversos locais de busca e utilização de água no bairro da Malanga. O capítulo tem como objectivo mostrar as diversas possibilidades metodológicas que os antropólogos podem accionar para compreender a realidade social.

Os antropólogos cunharam o termo antropologia sensorial para descrever o estudo das respostas culturais à produção perceptiva das modalidades dos sentidos (por exemplo, tacto, paladar, olfacto, visão e som), bem como sensações como tontura, falta de respiração, dor no peito e no coração, indigestão, estados de calor e frio e mudanças na energia que unem estados emocionais a uma condição física (Hinton & Hinton 2002 citado por Nichter 2008: 164).

A antropologia sensorial ocupa-se também no estudo de como os espaços e lugares em que os corpos estão situados predispoem percepções de sensação que estão associadas a sentimentos de medo e vulnerabilidade, bem-estar, protecção e outros. Segundo Nichter (2008), nos estudos da antropologia sensorial é necessário recorrer-se a seis conceitos inter-relacionados da antropologia médica, que são: incorporação (*embodiment*) (Bourdieu 1977; Csordas 1990; 1993; Merleau-Ponty 1964), o corpo consciente (Scheper-Hughes & Lock 1987), mimese (Bourdieu 1977; Lyon 2002), biologia local (Lock 1993; 2005; Lock & Kaufert 2001), expressões idiomáticas somáticas de angústia (Nichter 1981) e o trabalho da cultura (Hollan 1994; Obeyesekere 1985; 1990).

“Incorporação”¹² (*embodiment*), o conceito que uso na análise desta secção, refere-se à experiência vivida do corpo, bem como à experiência de vida mediada por meio do corpo, pois isso é influenciado por seus ambientes físico, psicológico, social, político, económico e cultural (Nichter 2008). A incorporação envolve a experiência perceptual e modo de presença e envolvimento no mundo. A incorporação é pré-reflexiva, mas não pré-cultural (Csordas 1990 citado por Nichter 2008:164). É influenciada pela socialização contínua (renda económica, posição social, e habitus), reflectida em coisas como preferências de sabor e dieta, estética e estilo, projectos corporais e assim por diante

¹² Esta é a tradução mais próxima que encontrei para o termo *embodiment*.

(Appadurai 1981; Bourdieu 1984; Khare 1992; Pinard 1991; Prasad 2006 citados por Nichter 2008:164).

Foi a partir da noção da antropologia sensorial, associada ao conceito de “incorporação” que explorei as experiências vividas pelos moradores do bairro da Malanga e a minha experiência, no contexto de busca e uso de água, e como essas experiências são influenciadas pelo ambiente físico, psicológico, social, político, económico e cultural em que os moradores se encontram.

Quando comecei o meu trabalho de campo, cheguei ao bairro da Malanga com o plano de observar e perguntar as pessoas sobre as práticas de busca e utilização de água. Todavia, uma das primeiras coisas que chamou a minha atenção foi o estado de salubridade da vala da Praça de 16 de Junho, situada ao redor do bairro e a forma “natural” com a qual as pessoas lidam com a água e espaços circundantes da vala.

Imagem 1: Vala de água da Praça 16 de Junho da Cidade de Maputo.



Fonte: Foto do autor, Malanga 2020.

Legenda: A primeira imagem (da sua esquerda à direita) é o sítio onde flui a água, um local com fonte aparentemente limpa. Apesar do ponto exacto onde buscam água mostrar-se com um aspecto aparentemente limpo, o ambiente circundante da vala é insalubre e apresenta aspecto imundo, como mostra a segunda imagem (à sua direita).

Num dos dias do trabalho do campo, pelas 9:00 horas da manhã, cheguei na vala e, como sempre, deparei-me com pessoas, entre elas faziam parte crianças, adolescentes, jovens e adultos de ambos os sexos que buscavam água em uma fonte de água localizada neste local.

Todas as pessoas que estavam na vala 16 de Junho encontravam-se ocupadas, as mulheres lavavam a roupa e os homens buscavam a água na fonte com bidões. As crianças brincavam umas com as outras e as adolescentes estendiam as roupas já lavadas no capim de cerca de 2 cm de altura, que cresce nos arredores da vala.

Imagem 2: Roupas colocadas ao sol para secar.



Fonte: Foto tirada pelo autor, Malanga 2020.

Aproximei-me à fonte, todos, excluindo algumas crianças, pararam de exercer as suas actividades e trocaram olhares comigo. Apresentei-me e trocamos palavras de saudações. Depois deste acto, alguns voltaram às suas actividades e outros permaneceram ainda atentos para ouvir o que tinha mais a dizer. Paralelamente a este cenário ouvia-se um barulho intenso de circulação e de buzina de carros e motos que cruzavam a rotunda, onde algumas crianças procuravam saudar os condutores, sem muito sucesso na retribuição das saudações.

Enquanto observava as pessoas envolvidas nas actividades, aproximei a fonte de água, ciente dos riscos de exposição às doenças, levei água para palma da minha mão e coloquei

em direcção as minhas narinas. Senti um cheiro semelhante a ferro velho e enferrujado. Cerca de um metro em direcção ao centro da vala exalava um cheiro semelhante a “fezes humanas” e produtos alimentares putrefactos. Então, questionei aos usuários sobre o cheiro e sabor das águas. Para muitos deles, a água desta fonte tem um cheiro e sabor à “mistura” (medicamento disponibilizado nos Centros de Saúde para o combate a diarreia e vómitos) – o qual é “meio salgado”. Outros afirmavam que “por estarmos muito tempo exposto ao local e a utilizar à água já estamos habituados ao cheiro”. Há quem também afirmou que,

“Apesar de sentir algum cheiro, pela falta de 5 Meticais para comprar 20 litros de água, vendida no bairro, e por constante indisponibilidade da água nas torneiras, preferimos essa água” (Maria, 20 anos)

Durante o trabalho de campo, observei também, no interior do bairro, sistemas de saneamento (na sua maioria aberturas artesanais de caminhos de água pluviais e de esgotos) e águas das casas de banhos que circulavam nos labirintos de cerca de 70/90 cm do interior no bairro, onde, no primeiro dia, senti um forte odor. Abaixo apresento as imagens das vias de escoamento de água pluviais.

Imagem 3: Caminho de escoamento de águas pluviais e das casas de banho



Fonte: Foto do autor, Malanga 2020.

Ao longo do trabalho do campo fui pensando em torno da afirmação feita pelos moradores no qual diziam “por estarmos muito tempo exposto ao local e a utilizar a água já estamos habituados ao cheiro”, e fui-me questionando sobre o que os moradores pretendiam dizer com essa expressão. No entanto, com o decorrer do tempo, e com a minha constante exposição àqueles locais apercebi-me que o cheiro que sentia era cada vez mais reduzido se comparado aos primeiros dias de trabalho do campo. Como diz Nichter (2008) a percepção do mundo social é influenciada pela exposição aos espaços que, por sua vez, reflecte-se em sensações como o paladar, o cheiro e outras.

A experiência da etnografia sensorial possibilitou-me perceber que a sensorialidade corpórea é um constructo social e circunstancial. Em alguns momentos os indivíduos partilham, de forma colectiva, as mesmas experiências sensoriais, e em outros momentos partilham de forma individual. Percebi que sensorialidade do olfacto dos abrangidos neste estudo está de certa forma relacionada ao contexto em que os seus corpos estão expostos e à convergência da espontânea experiência sensorial individual.

Aprendi, como diz Nichter (2008), adoptar ou melhor adaptar-me à “biologia local” dos informantes, a fim de compreender a maneira como os diversos espaços e contextos de busca de água são pensados e (re) significados pelos moradores. O conceito de biologia local reconhece a importância do corpo biológico como um agente activo e interactivo na dinâmica entre cultura e biologia, de modo que a diferença biológica pode influenciar a experiência individual, bem como as interpretações culturais das experiências (Lock 1993).

Capítulo 3

RESULTADOS: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Processo histórico de construção das Cidades de Moçambique contemporâneo

O presente capítulo tem como objectivo mostrar as continuidades e descontinuidades do modelo de urbanização de Moçambique contemporâneo, com enfoque para a Cidade de Maputo, e as suas diversas implicações na vida das pessoas, sobretudo pessoas que vivem nos espaços suburbanos. Para compreender este fenómeno recorro ao método histórico a fim de mostrar o processo da construção das cidades de Moçambique.

Contexto colonial – 1505 a 1974

O processo da urbanização colonial em Moçambique foi marcado por três momentos da formação socioespacial urbana colonial. O primeiro diz respeito ao momento inicial da fixação portuguesa no território que conhecemos hoje como Moçambique, principalmente entre 1505 a 1907. Reflecte os primeiros esforços de valorização do espaço urbano, impulsionado pelo capitalismo (comércio de ouro) que tornou a fixação portuguesa regular e intensa em Moçambique neste período, dando origem a fundação da primeira cidade colonial, Beira -em 1505 (Newitt 1997; Custódio e Maloa 2018).

Portugal compreendeu que a única saída estava na fixação permanente no território moçambicano, então, construiu as seguintes feitorias: Ilha de Moçambique (1507), Quelimane (1530), Sena (1531) e Tete (1545), assenhoreando terras e pessoas para isso usando todos os meios disponíveis, desde a negociação à conquista por meios bélicos destes espaços (Cabaço 2007; Custódio e Maloa 2018).

Vendo a organização urbana da época notamos que as áreas urbanas dos primeiros três séculos da colonização portuguesa (XVI-XVIII) foram “cidades feitorias”, porque se organizavam em torno dos seguintes elementos: “feitoria-fortaleza”, a matriz, a igreja, o pelourinho, a casa do feitor, do comandante, a câmara e a Santa Casa de Misericórdia – com suas múltiplas funções, desde a promoção de interesses locais junto à Coroa, a assistência a governadores, bispos, magistrados e passageiros que não podiam assegurar suas despesas de hospedagem até o atendimento a pobres, doentes, presos e idosos. Foi desse tipo de organização urbana que derivou a primeira configuração da dualidade

urbana em termos de implantação de infraestrutura física e social (Custódio e Maloa 2018).

Os colonos portugueses moravam no núcleo constituído pela feitoria, enquanto os colonizados ficavam no seu entorno. Era uma cidade comercial, onde os colonos portugueses controlavam e exerciam as actividades mercantis da época. Esse período foi de 1505 até 1884/5, com a ocupação forçada derivada da Conferência de Berlim, que pôs fim à gênese da urbanização colonial, dando início a um novo momento da formação socioespacial (idem).

O segundo momento do período colonial foi entre 1884/5 e 1930, considerando-se os primeiros momentos de expansão e criação de novas áreas urbanas. Nesse período, surgiram novas cidades, que são: Vila Pery/Chimoio (1916), Gurué (1902), Milange (1902) e Mocuba (1918).

Compreendendo a urbanização dessa época, veremos que persistiu a forma de organização urbana do período anterior: no núcleo urbano, permanecia o colono, com infraestrutura e serviços, e, no seu entorno, o colonizado, privado desses bens. Essa fase da formação socioespacial termina com a dominação quase completa do território moçambicano, no início da década de 1930.

O terceiro momento colonial diz respeito ao processo de urbanização que ocorreu entre 1930 e 1975, conhecido também por período do Estado Novo. Este foi um período de intensa produção do espaço construído. Temos que ter em mente que, somente após a década de 1930 é que a urbanização moçambicana atingiu a sua totalidade, em termos de expansão, modernização e ocupação do território (Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula, Quelimane, João Belo/Xai-Xai, Inhambane, Nacala, Tete, Vila Pery/Chimoio, Porto Amélia/Pemba, Vila Cabral/Lichinga, Montepuez, Ilha de Moçambique, Antônio Ennes/Angoche, Trigo de Morais/Chókwé e Vila Junqueiro/Gurué), tal como temos actualmente, apesar de algumas revitalizações em edifícios, praças, vias expressas/vias de acesso, entre outras infraestruturas e serviços urbanos (Newitt 1997; Cabaço 2007; Custódio e Maloa 2018).

Foi, sobretudo, no terceiro momento da formação socioespacial que se consolidou a dualidade urbana colonial em termos de carência de infraestruturas e serviços urbanos básicos, com a criação de bairros “indígenas”. A consolidação da estrutura urbana

colonial dual, em termos de acesso a infraestrutura e a serviços urbanos, só foi possível graças à essência racista da sociedade colonial, que colocou o negro na periferia em condição desumana, forçando um exílio em sua própria terra (Custódio e Maloa 2018).

Contexto pós-colonial – 1975 a 2020

Com o fim do colonialismo, em 1975, nasceu uma formação socioespacial de orientação marxista-leninista. Foi o primeiro governo de Moçambique que acabava de sair victorioso de uma guerra colonial prolongada de dez anos (1964-1974). Muitas cidades, depois da independência, em termos de povoamento começaram a crescer e o governo procurou desenhar políticas administrativas e de gestão urbana. No entanto, a dualidade urbana surgida da estrutura da urbanização colonial foi herdada e reproduzida pelo governo da Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO (Araújo 2003; Custódio e Maloa 2018).

A terra urbana, habitação e sistemas de saneamento e água e outros serviços públicos tornaram-se formalmente propriedade do estado, com um sistema de facto de direito de usufruto transferível. A filosofia do governo era de eliminar a estratificação social entre o povo, herdada pelo colonialismo português e para isso o governo adoptou uma economia planificada e centralizada. O estado toma o papel de provedor de quase todos os serviços públicos.

No entanto, o novo governo, por causa das dificuldades financeiras e recurso humano qualificado na gestão pública, experimentou sérias dificuldades com o colapso quase total dos serviços urbanos e do *stock* de habitações, depois da independência. É preciso que fique claro que durante esse período não houve ampliação significativa das infraestruturas ou dos serviços urbanos existentes, nem se construíram novas áreas urbanas acompanhadas pelos serviços básicos (Paulo, Rosário e Tvedten 2007; António 2014 Custódio e Maloa 2018). Portanto, dentro deste contexto, os problemas de segregação urbana persistiram como no período colonial. Os residentes das “cidades de cimento” – aqueles que tinham substituído os colonos – continuaram a usufruir de condições de equipamentos urbanos incomparavelmente mais vantajosas do que os residentes das periferias (Custódio e Maloa 2018).

Cidade de Maputo

Acredita-se que a Baía Delagoa, onde está localizado o actual Maputo, foi habitada desde o século I Antes de Cristo (AC), mas não teve desenvolvimento urbano até à segunda metade do século XIX e recebeu o título de cidade apenas em 1876 (Jenkins 2000 citado por Paulo, Rosário e Tvedten 2007).

A região da actual Cidade de Maputo não foi totalmente explorada pelos Portugueses até 1540, quando as viagens de negócio de Lourenço Marques revelaram potencial de comércio, particularmente de marfim. Entretanto, mais tarde (1721), a Companhia Holandesa da Índia Oriental e negociantes privados ingleses envolveram-se no negócio do marfim, bem como no comércio de escravos, em expansão, com os Holandeses a estabelecerem. Os Portugueses fundaram o seu primeiro posto comercial permanente em 1781 e iniciaram três anos mais tarde a construção de um porto para o embarque de marfim e escravos, depois de mais de dois séculos de contacto (Newitt 1997; Ferreira 1968).

A descoberta de ouro no Transvaal em 1880 e a construção de uma via ferroviária entre Johannesburg e Lourenço Marques em 1895 transformaram radicalmente a cidade e Lourenço Marques tornando-se, em 1898, a capital do território Português. Os negociantes ingleses e sul-africanos, bem como os comerciantes indianos, moveram-se para a capital e a população africana na área da Baía Delagoa veio trabalhar nos caminhos-de-ferro e no porto de mar, assim constituíram-se os primeiros bairros para trabalhadores africanos, sendo Xipamanine em 1919 – o primeiro (Ferreira 1968; Paulo, Rosário e Tvedten 2007; Custódio e Maloa 2018).

No sector de água, até o ano de 1895, o abastecimento de água à Cidade de Lourenço Marques (actual Cidade de Maputo) era feito a partir de nascentes e poços domésticos. Todavia, existia no Alto-Maé uma casa de máquinas elevatórias, pertencente à Câmara Municipal, que tinha como prioridade abastecer água ao Hospital Militar e ao quartel de Lourenço Marques, para além do pequeno sistema instalado na zona da Ponta Vermelha, cujo concessionário era Tissot. O contrato de prestação destes serviços foi assinado em Agosto de 1895 entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e o Eng^o Civil, Eugène F. Tissot, de nacionalidade francesa, tendo -se concedido a este último, os direitos de exploração e abastecimento de água à então Cidade de Lourenço Marques, por um

período de 50 anos. Tissot abasteceu água à antiga Cidade de Lourenço Marques a partir desses dois sistemas até 1900, ano em que cedeu os seus direitos relativos à concessão ao cidadão inglês, John Crosby Ditken Henderson, que também abasteceu água à cidade a partir dos mesmos sistemas usados por Tissot (ADM 2020)¹³.

Em 1903, concessão de abastecimento de água a Cidade de Lourenço Marques foi vendida à *The Delagoa Bay Development Corporation, Limited*, uma companhia inglesa que, entre 1904 a 1906, instalou os primeiros equipamentos de elevação de água no rio Umbeluzi para abastecer os centros urbanos cidade onde residiam a população portuguesa. O serviço de abastecimento de água foi explorado pela Companhia até 1945, ano que findou o contrato, embora tenha sido prorrogado por dois anos, mas por conta da Câmara Municipal (ADM 2020)

Entre 1930 a 1975, com o estabelecimento do Estado Novo, o governo colonial portugueses investiu fortemente em infra-estruturas de habitação, serviços de água e saneamento e electricidade no centro da cidade de Maputo, ao mesmo tempo que deixavam intactos os povoados da periferia, onde residia a população local, até 1975. Neste período o controlo de Lourenço Marquês tornou-se mais rigoroso, foram introduzidos impostos e outros meios de controlar e gerir a força de trabalho, e a lei da caderneta indígena inibia outros, que não são trabalhadores, a fixarem-se na cidade, vendo-se estes obrigados a deixar para trás as suas famílias nas suas áreas rurais de origem. A população nativa tornou-se legalmente uma “raça inferior” com o Regime do Indigenato separando os “indígenas” dos supostamente europeizados “assimilados” (Paulo, Rosário e Tvedten 2007; Custódio e Maloa 2018).

Em 1940, a necessidade de mão-de-obra aumentou com o estabelecimento de um sector industrial limitado em Lourenço Marques. Isto conduziu a um rápido aumento de povoados na periferia urbana (então chamados regedorias) para os trabalhadores. Lourenço Marques ficou, deste modo, organizado em áreas separadas para europeus, assimilados e “indígenas”, através de uma política formal de segregação que sistematicamente concedia direitos diferentes às pessoas consoante a zona de habitação (Custódio e Maloa 2018).

¹³ <http://www.adem.co.mz/index.php/a-empresa/historial>, acessado no dia 10 de Abril de 2020, pelas 12 horas na Cidade de Maputo.

Em 1947, a companhia concessionária *The Delagoa Bay Development Corporation, Limited* entregou definitivamente à Câmara Municipal os serviços de Água e Electricidade, que passaram para a gestão do SMAE- Serviços Municipalizados de Água e Electricidade (idem)

No período pós-independência, a Cidade de Maputo continuou a crescer rapidamente. O novo governo da FRELIMO desenvolveu a estrutura política existente da cidade, com um presidente do município e um Conselho Executivo chefiado por pessoa de nomeação política, e nacionalizou as propriedades que formalmente pertenciam aos portugueses.

No sector de abastecimento de água, pós-independência, o governo da Frelimo herdou SMAE e geriu os dois serviços até à criação da Empresa Nacional de Electricidade, E.E. Em 1977 os Serviços Municipalizados de Água e Electricidade de Maputo foram integrados na EDM, E.E (Paulo, Rosário e Tvedten 2007).

O Conselho Municipal da FRELIMO tentou, inicialmente, travar a ocupação espontânea de espaços urbanos estabelecendo um “Programa Básico de Urbanização”, de forma a criar uma cintura residencial planeada à volta da cidade, mas contra demasiadas disputas administrativas e financeiras. Posteriormente, tentou regular o fluxo através da introdução da guia de marcha e da forçada expulsão da cidade de pessoas “não produtivas”, durante a “Operação Produção” em 1984. Estas medidas também tiveram sucesso limitado para parar com a migração para as áreas informalmente povoadas da cidade (idem).

A situação económica do Município de Maputo torna-se totalmente dependente do estado em relação aos custos correntes e investimento nas áreas de infraestruturas habitacionais, saneamento e água e outros serviços básicos, muito embora elas sejam formalmente da responsabilidade do Município.

Reforma do Estado e do sector público de abastecimento de água

Em 1975, com a proclamação da independência nacional e aprovação da primeira Constituição da República, o país iniciou várias reformas e o novo Governo escolheu o socialismo científico como a via de desenvolvimento social, económico e político (Bastos e Duarte, 2017). A primeira Constituição da República, no seu artigo 2, considerava a República Popular de Moçambique como um Estado de Democracia Popular, no artigo 22, determinava que a República Popular de Moçambique deve manter laços de cooperação com países de bloco socialista.

Assim estavam criadas as bases para a construção de um Moçambique socialista. Porém, Mosca (2005) afirma que todo o projecto para desenvolver Moçambique como um país de orientação socialista ficou ameaçado nos anos de 1980, quando o país viu indeferido o seu pedido de adesão (como membro permanente) à organização de Cooperação e Ajuda Económica do Bloco Socialista – COMECON (*Council for Mutual Economic Assistance*). Mosca afirma que com essa rejeição Moçambique permaneceu membro convidado do COMECON o que não dava acesso a linhas de crédito, financiamentos e cooperação em condições mais vantajosas comparativamente às condições de países membros permanentes.

Com essas restrições, as dificuldades da implementação do plano económico da recém-constituída república tornaram-se mais desafiador. Diante desta crise, Abrahamsson e Nilsson (1998) citados por António (2014) afirmam que a esperança do governo moçambicano era que o pedido de entrada de Moçambique para o Banco Mundial (BM) e para o Fundo Monetário Internacional (FMI) pudesse trazer um necessário fluxo de apoio.

A adesão ao apoio oferecido pelo BM e pelo FMI à Moçambique tinha como condição primordial a implementação de um Programa de Reajustamento Estrutural (PRE) como parte do Consenso de Wanshington que postulava que os países “pobres” precisavam de se desenvolver e integrar o mundo capitalista global. Em Janeiro de 1987, o governo moçambicano apresentou o conteúdo do programa de reabilitação económica que pretendia implementar, marcando assim o início à reestruturação político-económico do estado moçambicano. Na reestruturação do estado foi dada prioridade ao sector económico, visando a recuperação da produtividade. Assim, de uma situação de economia planificada, Moçambique liberaliza a economia e passa para uma economia de mercado (Mosca 2005; Bastos e Duarte 2017; António 2014).

Em termos teóricos, o PRE representava passagem de uma política económica socialista para uma política económica neoliberal. O neoliberalismo, segundo Harvey (2011) é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-económicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizado por sólidos direitos a propriedade privada, livre mercado e livre comércio.

Com o sistema capitalista neoliberal, o aprofundamento das desigualdades sociais tende a ser negligenciado e “naturalizado” uma vez que a preocupação primária é com os indicadores macroeconómicos, e a desigualdade é vista como imprescindível ao funcionamento do mercado livre (idem). É, portanto, daqui onde, provavelmente, resulta a contradição entre a salvaguardada dos direitos sociais básicos e a intervenção do estado moçambicano (constituído) em reduzir as desigualdades sociais, como por exemplo no acesso a água potável, estabelecidas pelo governo colonial português.

Sector de abastecimento de água

Primeiramente o Sector de Água de Moçambique era orientado pela Lei de Água de 1991. No entanto, na ausência de uma política clara para o sector de águas, as tarefas e responsabilidades dos vários órgãos governamentais não estavam claramente definidas e a coordenação entre esses órgãos era fraca, particularmente na ligação entre o saneamento suburbano e outros serviços como o abastecimento de água e habitação (MOPH 2012). Então, em meados dos anos 1990 no âmbito das reformas do sector público, tornou-se claro que era necessária uma reorganização político-institucional.

Em Agosto de 1995 foi aprovada a Política Nacional das Águas através da Resolução de 8/95. A Política de Águas surgiu na sequência da Lei de Águas de 1991. A prioridade do governo foi a recuperação dos serviços básicos de água, em particular o abastecimento de águas às áreas urbanas, peri-urbanas e rurais.

Ainda na década de 1990, no âmbito das reformas que estavam a decorrer no Estado e no sector público, houve desmembramento dos serviços de água e electricidade da Cidade de Maputo e criação da empresa estatal, bem como a criação do FIPAG que permitiu que a gestão do sistema de Maputo, Matola e Boane fosse delegada a um operador privado, já que poderia também monitorizar o cumprimento das obrigações contratuais. Deste modo, a empresa estatal Águas de Maputo, criada em 1981, foi substituída pela Águas de Moçambique (AdM), através de um contrato de concessão da exploração celebrado em 1999, com uma duração, primeiramente, de 15 anos. O operador AdM tomou, pelo menos teoricamente, a responsabilidade de realizar todas as operações e manutenções, bem como funções comerciais, financeiras e administrativas, cumprindo as normas de desempenho fixadas pelo FIPAG (DNA 2008; Romoa 2011).

Política Nacional de Águas de 1995 não deu suficiente ênfase à água como recurso para o desenvolvimento socio-económico, embora Moçambique tenha muitas regiões com um elevado potencial de recursos hídricos. Este factor e não só levaram o governo a decidir que era necessário fazer uma profunda revisão da Política Nacional de Águas, que culminou com aprovação de uma nova Política de Água (MOPH 2012).

Ainda no âmbito da reforma do sector público de abastecimento de água, o Governo abriu espaço para provedores privados através de sistemas autónomos, constituídos por furos e reservatórios que abastecem a rede de distribuição, localizados principalmente no norte da cidade de Maputo, em zonas com abundância de recursos subterrâneos, e em locais de difícil acesso para a distribuição de água a partir de Umbelúzi. Portanto, tentou-se incentivar a participação do sector privado no sistema de distribuição de água, a fim de se enfrentar o duplo desafio de aumentar os investimentos no país e reformar a indústria caracterizada principalmente por provedor público ineficientes e com dificuldades financeiras.

Nesta senda, o estado começou, gradualmente, a introduzir política da privatização da água, permitindo que os privados, como empresas, ofereçam serviços de fornecimento de água mediante pagamentos de tarifas ou taxas. Todavia, estas acções tiveram um impacto moderado para o norte da cidade de Maputo (exemplo do bairro Khongolote) e impacto reduzido/insignificante nos bairros periurbanos, como Malanga.

Alguns aspectos negligenciados no processo de reforma no sector de água foram (i) análise da real capacidade de poder de compra das comunidades locais e (ii) as múltiplas compressões da água como um valor económico que tem suscitado muito debate em torno da questão da privatização (Fisher 2006; Whiteley *et al* 2008). Existe um receio de altos custos para aquisição da água para o cidadão de baixa renda e os provedores privados de serviços de água mostram, também, um limitado poder financeiro para investir no sector, como se verifica na cidade de Maputo.

A aplicação das medidas de liberalização da economia moçambicana trouxe implicações sociais. Os grupos sociais de renda baixa ressentiram-se socialmente, o que levou o governo a transformar o PRE em PRES (Programa de Reabilitação Económica Social). Essa mudança visava atenuar nesses segmentos sociais os efeitos dolorosos do programa e evitar rupturas sociais e políticas que pudessem colocar em causa as alianças sociais de

base do governo e a continuidade do programa de reformas. Deste modo, Moçambique passou a ser um estado regulador e promotor do crescimento e desenvolvimento económico e social, visando a satisfação das necessidades básicas da população e a promoção do bem-estar social mínimo (Estado Mínimo).

Não obstante a reformas acima mencionadas e comprometimento do estado com o bem-estar social para os cidadãos, na prática, não houve novos investimentos significativos para as novas zonas peri-urbanas e reabilitações significativas das infraestruturas de saneamento e água herdadas do governo colonial, que em si só beneficia somente a população residente nos centros da urbe em detrimento a população residente nos bairros suburbanos, como Malanga. Este cenário, no bairro da Malanga tem implicações nas práticas quotidianas das pessoas no processo de busca e utilização de água, como mostro na secção a seguir.

Implicações do modelo dual de construção da Cidade de Maputo e do sistema capitalista neoliberal nas atitudes e práticas de busca de água dos moradores da Malanga

Antes de descrever as atitudes e práticas busca e utilização de água dos moradores de Malanga irei, primeiro, de definir alguns conceitos que são usados ao longo da secção. Os conceitos são: classe social, prática e habitus.

Marx e Engels (1993)¹⁴ e Bourdieu (1978) consideram que a sociedade é dividida por classes sociais. O conceito classe social foi, pelo menos no ponto de vista sociológico, primeiramente discutido por Marx e Engels (1993). Para estes autores as classes sociais são fruto de relações que os homens estabelecem no processo de produção¹⁵. Ela surge quando um grupo social se apropria das forças ou meios de produção e se torna proprietário dela. As classes sociais se dividem em dois grupos principais: os proprietários de meios de produção (dominantes) e os não proprietários (dominadas). No entanto, o Estado é um meio criado pelas classes dominantes para garantir o seu domínio económico sobre outros grupos. Para estes autores, as classes sociais são um fenómeno social de motivação económica, e o conflito entre elas também é de natureza

¹⁴A data de 1993 deve a versão (portuguesas) do livro que consultei.

¹⁵ .As relações de produção é um fenómeno social coletivo. Envolve, portanto, a relação do homem com o próprio homem. Por isso, no processo de trabalho, o homem cria também relações de produção. As relações de produção são as interações que os homens entre si na unidade produtiva (Sell 2006).

económica/material, contudo, perdeu-se de vista questões políticas (poder), raciais, relações de género e religiosas, na conceptualização.

O conceito de classe social foi sendo redefinido ao longo do tempo. Weber citado por Sell (2006), na sua definição de classe social não se restringiu ao critério económico, como fez Marx. Para Weber, a posição social de um indivíduo é resultado da combinação de três factores: *status* (honra, prestígio); a riqueza (renda e posse/ bens materiais e financeiros) e poder (a capacidade de influência sobre outros segmentos da sociedade). Esta linha foi também desenvolvida por Bourdieu (1978), para quem os grupos de classe são definidos não só pela posição que ocupam no processo produtivo, mas pelo acesso que têm a bens materiais e culturais e o poder de consumo. Portanto, é na perspectiva destes dois últimos autores que uso o conceito de classe social, sobretudo olhando para os seguintes aspectos (acesso aos bens económicos, políticos, recursos/serviços públicos e poder de consumo) de forma integral.

É dentro das classes sociais que encontramos as práticas – elemento que diferenciam uma classe social da outra. A definição de prática, em princípio, é quase ilimitada, ou seja, refere-se a qualquer coisa que as pessoas fazem. Contudo, dada a centralidade da dominação no modelo de análise centrada em práticas, as formas mais significativas de prática são aquelas com implicações políticas intencionais e não intencionais. Novamente, quase tudo o que as pessoas fazem tem tais implicações. Então, o estudo da prática, afinal de contas, é o estudo de todas as formas de acção humana, porém de um ponto de vista particular — um ponto de vista político (Ortner 2011).

Para Bourdieu (1978), a prática engloba *haxis* (aspectos corporais e fisiológicos) quanto *ethos* (aspectos mentais e morais) abrangendo todos os espaços e ocorrências antropológicas – culturais e discursivos, gestuais, estilo de vida, de pensamento e mesmo de valor para distinguir grupos e classes sociais. Neste trabalho usarei o conceito prática na perspectiva de Bourdieu, para me referir as acções humanas (culturais e discursivos, gestuais, estilo de vida e de pensamento) no contexto de busca, acesso e utilização de água.

O outro conceito, importante na compressão da sociologia de Bourdieu, é Habitus. Definido como:

Um sistema de disposições duráveis estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e

estruturador das práticas e das representações que podem ser subjectivamente reguladas sem ser produto da obediência a regras objectivamente adoptada (Bourdieu 1978:60).

A reflexão central de Bourdieu baseia-se no conceito de *habitus*, elemento gerador de práticas, tendo como ponto de partida a dicotomia agente social (indivíduo) e sociedade (estruturas estruturadas e estruturas estruturantes), numa relação dialética entre interioridade e exterioridade.

Os conceitos acima mencionados serão usados ao longo do texto, pois eles permitem-me não só explicar a maneira como o sistema desigual de distribuição de água implantado na cidade de Maputo tem um efeito poderoso sobre a acção dos moradores da Malanga no processo de busca e utilização de água, como também possibilita-me mostrar como o sistema de distribuição de água tem sido modificado pelas acções humanas.

Fontes e práticas de busca e utilização de água

Os moradores do bairro da Malanga, sobretudo os que habitam nos Q5, 6 e 7, para as suas actividades domésticas recorrem a diversas fontes de água (torneiras, valas de drenagem, tubos rompidos e água das chuvas) tendo em conta a finalidade que se pretende com a água.

Ligação domiciliária - consiste na instalação, canalização e distribuição de água através das toneiras. Actualmente, a provisão destes serviços de água às populações da Cidade de Maputo é feita pela Água de Moçambique - AdeM (Romão 2010). A seguir apresento uma imagem do sistema de ligação domiciliária.

Imagem 4: Ligação domiciliária de distribuição de água.



Fonte: Foto do autor, Malanga 2020.

Os moradores do bairro Malanga recorrem a água do sistema de ligação domiciliária principalmente para beber e confeccionar os alimentos. Entretanto, alguns moradores possuem a torneira instalada no seu quintal e outros não. Os que possuem torneiras em casa são, maioritariamente, pessoas com renda financeira fixa (que provem de trabalho formal nas instituições do estado ou privadas) e fortes redes de solidariedade com a família alargada e com os membros

da comunidade e certa ligação com partido no poder – alguns deles são chefes do bairro e representantes do partido no bairro.

Contrariamente aos moradores que possuem torneiras, os moradores que não possuem torneiras instaladas em casa, na sua maioria, pessoas com rendimentos financeiros instáveis e baixos. Alguns destes moradores, sobretudo as mulheres, exercem actividades de vendas de tomate, frutas, bolos e outros produtos alimentares nos mercados de Malanga e Fajardo, e outras mulheres residentes do bairro ocupam-se, a tempo inteiro, nos cuidados de casa. Estes moradores para obter água para beber e confeccionar os alimentos recorrem as torneiras dos vizinhos. A obtenção destas águas no bairro é feita de diversas formas: uns optam por comprar aos vizinhos que são clientes de AdeM e revendem a água para os outros. Para cada galão/bidão de 20 litros é cobrado 3 ou 5 Meticais, dependendo do revendedor.

Existem também moradores que tendo água canalizada em casa optam por, baseado em confiança, estabelecer um acordo com o vizinho para partilhar a água e a despesa da factura mensal, emitida pela empresa - Água da Região de Maputo. Há ainda moradores, como mostro através da história a seguir do Alberto, que optam por partilhar a água sem troca monetária.

Alberto, morador do bairro da Malanga, 35 anos de idade, funcionário de sector público. Vive no bairro a mais de 10 anos, possui uma casa própria

e tem água canalizada da rede pública (FIPAG). Para além desta casa possui também uma casa no bairro da Mozal, Matola. De Segunda-feira a Sexta-feira, Alberto vive na casa que está no bairro da Malanga e nos fins-de-semana vai para Matola, onde actualmente reside o resto da sua família. Em uma das nossas conversas informais, afirmou que faz estas jornadas porque pretende economizar com o transporte e evitar o engarrafamento. O Alberto partilha a água canalizada com alguns dos seus vizinhos mais próximos, como ele afirma: Procuro ajudar os meus vizinhos partilhando à água e não cobro dinheiro (...), olha, aqui a gente se ajuda. Por exemplo quando eu não estou em casa, os meus vizinhos que buscam água aqui no quintal cuidam da limpeza da minha casa e controlam a casa”.

A prática de revenda e partilha de água não é um caso isolado do bairro da Malanga. O estudo da DNA, feito em 2004, revelou que em muitos contextos peri-urbanos da Cidade de Maputo existem pessoas que exercem estas práticas. Mesmo para os residentes que têm acesso a fontanários da AdeM optam, frequentemente, por comprar água dos vizinhos por haver maior proximidade com o revendedor e para evitar os tempos de espera em fontanários (DNA 2004).

Um dos aspectos que ficou claro nas conversas com os proprietários das torneiras (clientes de AdeM) foi que as redes sociais (amizade, companheirismo, familiaridade e conterraneidade) constituíam elementos condicionantes na autorização ou não da partilha desta fonte de água, o que constitui um sistema “costumeiro” de solidariedade entre familiares e amigos. Portanto, com a prática de partilha da água da torneira com o vizinho pretende-se reforçar os vínculos de ajuda mútua. A fonte de água torna-se em um espaço onde os moradores (mulheres e homens) interagem e constroem relações de reciprocidade, apoio mútuo e fortalecimento das relações de vizinhança.

A capacidade financeira do indivíduo foi mencionado, pelos proprietários das torneiras, como elemento secundário na autorização para a partilha da água das torneiras, prevalecendo, primeiro, os laços de familiaridade ou amizade entre os donos das torneiras e os vizinhos com os quais partilham ou pretendem partilhar as águas.

Há também moradores que mesmo possuindo torneira em casa (quando não sai água) recorrerem a água da vala para lavar a roupa e uso para a casa de banho, como é o caso da Guida.

“Eu tenho torneira em casa, mas há períodos em que não sai água na torneira, então eu mando as crianças irem buscar água de lá na vala para usarmos na casa de banho” (Guida, 45 anos de idade).

Ainda que o bairro tenha teoricamente o serviço de abastecimento de água todos os dias, a sua distribuição limita-se aproximadamente a 1/2 horas, e é feita de forma alternada, dia sim, dia não, em casos extremos o fornecimento pode levar uma ou duas semanas.

A problemática de distribuição desigual da água entre as populações suburbanas da cidade de Maputo é, em parte, um problema histórico da construção dos espaços urbanos, onde as “periferias” como é o caso de Malanga, foram e continuam sendo penalizado na distribuição e acesso da água da rede pública.

No que diz respeito a fontanários, durante o estudo de campo constatei que no bairro da Malanga existem duas infraestruturas de fontanários, contudo encontravam-se em estado inoperacional. De acordo com os relatos dos moradores entrevistados, estas fontes eram também recorridas para obtenção de água para o consumo e confecção de alimentos. Os moradores entrevistados salientaram ainda que os fontanários foram construídos por uma Organização Não-governamental, e estavam sob gestão da Comissão de Água (CA) instalada no bairro.

Faziam parte da CA os residentes do bairro, escolhidos pelo município, o funcionário do fontanário, e um representante das autoridades locais. Um dos fontanários localizava-se no interior do Q 6, e outro nas bermas da Avenida 24 de Junho, próximo da ponte Maputo-Katembe.

Segundo os moradores, o fontanário do Q- 6 parou de funcionar em 2010, depois da morte do morador - responsável pela gestão desta fonte de água. O outro fontanário parou de funcionar em 2015, porque o “responsável pela gestão cobrava o dinheiro as pessoas e usava todo o dinheiro” frisou, durante uma das nossas conversas, um dos moradores (Marcos, 30 anos). Essa realidade mostra uma vez mais os desafios existentes não só na reabilitação dos equipamentos, mas também na coordenação da gestão das fontes de água.

Tubos rompidos - Durante as visitas ao bairro observei que os equipamentos de transporte de água para as casas encontram-se em estado obsoleto, observei vários tubos rompidos, alguns dos quais amarrados com plásticos e outros não. Os tubos rompidos

vertem água criando, na sua maioria, buracos cujo tamanho depende da pressão da água, como também afirma uma das participantes do estudo:

“Aqui no bairro, desde os tempos da empresa Água de Maputo não houve reabilitação e nem novas ligações de água. (...) Até hoje usamos o sistema de água de Maputo” destacou, nas conversas informais, uma das participantes” (Marta, 35 anos).

“O sistema de distribuição de água contínua aquele mesmo antigo, e em algumas torneiras já não sai água” frisou um outro morador (Mário, 30 anos).

Alguns dos tubos rompidos são recorridos, pelos moradores da Malanga, em busca de água. Em cada quarteirão do bairro da Malanga visitado existe pelo menos um local com tubos rompidos onde os moradores recorrem em busca da água. Estas fontes são usadas maioritariamente pelos moradores do mesmo quarteirão. Por exemplo, a fonte que se encontra no Q6 é usada pelos moradores do mesmo quarteirão e a fonte do Q7 também segue mesmo critério.

Imagem 5: Água jorrando em tubos rompidos



Fonte: Foto do autor, Malanga 2020.

Os usos destas fontes de água obedecem o “critério de chegada” – quem for o primeiro a chegar será também o primeiro a usar da fonte. Entretanto, em alguns casos, sobretudo, quando a demanda de busca de água for maior, recorre-se a fonte localizada nos outros quarteirões vizinhos.

Para usar a água dos tubos rompidos, os usuários esperam que o local esteja inundado da água, e em seguida por meio de um copo de 1 ou 1.5 litros vão cuidadosamente retirando a água para as bacias ou baldes.

Quando a água se mostra turva, existe dois procedimentos que são feitos. O primeiro consiste em esperar até que toda impureza desça; o segundo consiste, por meio de um copo, retirar toda água do local e aguardar que flua nova água do tubo. Apresento, a seguir, imagem do local depois de ser limpo.

Imagem 6: O local depois ser limpo



Fonte: Foto do autor, Malanga 2020.

O processo de limpeza do local e aparecimento da água limpa à superfície pode levar cerca de 1 a 2 horas. Enquanto se espera por este processo, os usuários conversam sobre assuntos gerais do bairro ou de vida pessoal.

As águas dos tubos rompidos são, em geral, usadas para lavar a roupa, louça e banho. Mas, há quem também usa estas águas para beber.

“(.....) Às vezes, sim bebemos esta água” (Anabela, 26 anos).

Contudo, para o efeito a água primeiro passa por um processo de “filtração natural” que consiste em colocá-la em uma bacia e esperar que toda impureza vá para baixo. Depois da separação da água e a impureza, retira-se a água e guarda-se nos recipientes apropriados (jaros, galões de 5 litros e outros), e posteriormente é consumida.

Em termo de perfil socioeconómico, os usuários desta fonte de água são, na sua maioria, pessoas com baixo rendimento financeiro e rede de solidariedade (famílias e amigos) limitados. Note-se que no período do Estado Novo – colonial, a segregação da população era feita na base de raça, onde a população nativa considerada de “raça inferior” passou a viver na cidade de caniço onde, quase, não existiam serviços de abastecimento de água potável e os colonos e nativos supostamente europeizados “assimilados” nos centros nas cidades/cimento com abastecimento de água. No Moçambique contemporânea observa-se, uma vez mais, a reprodução do sistema de segregação da população, agora por meio poder financeiro, redes de solidariedade e políticas de desenvolvimento social de exclusão.

Quando olho para esta prática de busca de água, um dos pontos que sobressai é as ditas perdas de água na rede. Este é um dos grandes desafios na gestão da água a nível da cidade de Maputo, segundo DNAAS (2018), estima que 40% da água bombeada de Umbeluzi e tratada para ser abastecida perde-se na rede sem chegar ao consumidor final. Muitas das vezes associadas ao envelhecimento da infraestrutura e a falta de manutenção por parte da empresa que fornece à água.

As minhas visitas de campo permitiram-me constatar que no bairro da Malanga muitas famílias recorrem e dependente de água dos tubos rompidos para as suas actividades domésticas, facto que me remete, adiantar por hipótese, que estas práticas de rompimento voluntario ou não dos tubos é resposta/ forma de reivindicação ‘política’ ao acesso de

serviços de abastecimento de água, deste estrato social de residentes urbanos, que se sentem excluído no acesso a esses serviços.

Água da vala – Praça 16 de Junho - de acordo com os moradores entrevistados a prática do uso da água desta vala é antiga, como relata um dos entrevistados;

“Nós quando éramos crianças até tomávamos banho lá, aquela vala ficava cheia de água” (Miguel, 35 anos).

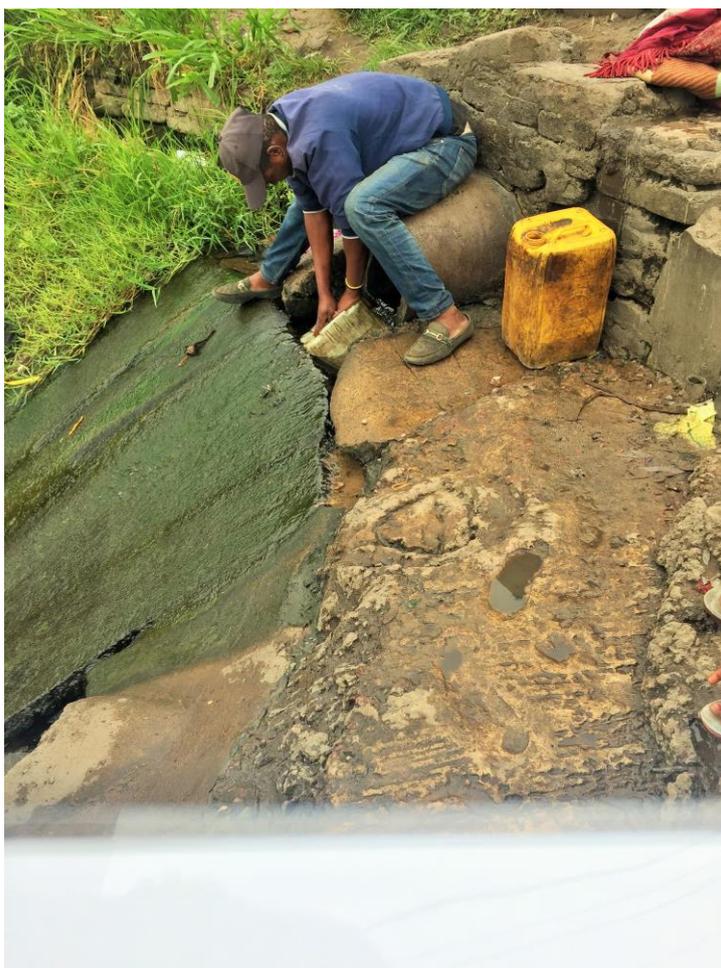
Em relação as origens das águas, no bairro existem duas histórias diferentes. Alguns moradores dizem que o tubo foi construído no tempo colonial e escoava as águas residuais dos prédios que se encontram no vizinho bairro do Alto Maé.

“O sistema de saneamento fez-se para que as águas fossem para vala, e depois para o mar” (Maria, 26 anos).

A ideia de que a água da vala constitui água residual dos prédios do Alto Maé é partilhada também por alguns funcionários da Electricidade de Moçambique (EDM), afectos na subestação que se encontra nos arredores da vala. Todavia, outros moradores dizem que a água vem das instalações da EDM que se encontra mais ou menos a 100 metros da vala.

Os moradores do Q 5, 6 e 7 recorrem diariamente a fonte em busca de água para lavar a roupa (no local ou em casa), lavar a louça, tomar banho e uso nas casas de banhos. Nos dias em que visitei este espaço, observava sempre mulheres e homens lavando a roupa, crianças brincando ao redor da vala, homens e mulheres buscando a água com bidões e baldes. Note-se uma vez mais que estas são as mesmas pessoas que frequentam as diversas fontes de água anteriormente mencionadas.

Imagem 7: Um morador captando água da vala 16 de Junho.



Fonte: Foto tirada pelo autor, Malanga 2020. (O uso desta foto tem permissão, verbal, do sujeito fotografado).

É interessante, observar que bairro da Malanga surge para albergar os nativos que pretendiam trabalhar do CFM, no âmbito da crescente necessidade de mão-de-obra devido ao estabelecimento de um sector industrial em Lourenço Marques. Sendo este um, bairro primeiramente constituído para os “indígenas” não disponha de serviços de abastecimento de água, e a população da Malanga recorria, dentre várias fontes, a água da vala 16 de Junho para as suas actividades domésticas. Estas práticas são reproduzidas no bairro da Malanga, nos dias actuais.

Água das chuvas - em tempos chuvosos, alguns moradores recorrem à água das chuvas para o uso nas actividades domésticas. A prática consiste em captar a água durante a ocorrência de precipitação para um reservatório (baldes e/ou bacias), ou através de uma superfície de cobertura de chapa de zinco de uma habitação, com calhas localizadas à

volta das chapas que canalizam a água para um reservatório. É usual que o primeiro balde de água captada, por ser considerada como imprópria/suja, ser usada na casa de banho. A água dos baldes subsequentes é usada para beber, confeccionar os alimentos e outras actividades domésticas.

As diversas jornadas de busca, acesso e utilização de águas no bairro da Malanga mencionadas acima impulsionaram-me a questionar a pretensão de “hegemonia” da fonte – FIPAG no contexto de busca e utilização de água na vida quotidiana dos moradores da Cidade de Maputo, sobretudo os de bairros periférico, como Malanga.

As práticas de busca e utilização de água entre os moradores do bairro da Malanga em diversas fontes de água não são simplesmente somas de respostas *ad hoc* e de adaptações a estímulos particulares, mas sim, como vimos nas secções anteriores, governadas/estruturadas pelo modelo dual/segregacionista da cidade de Maputo, (des) funcionamento do sistema público de abastecimento de água e aspectos socioeconómicas dos habitantes.

Observa-se aqui as implicações ou influência do sistema capitalista-neoliberal na configuração de modelos de organizações sociais baseados em relações assimétricas de poder e diferenciadas oportunidades de acesso a diversos recursos e serviços públicos. Os residentes do bairro da Malanga fazendo parte da população da cidade de Maputo estão envolvidas em sistemas mais abrangentes de troca de todo tipo, sobretudo as que envolvem o dinheiro – como a contraparte de troca para obtenção de bens e serviços públicos e privados, o que as suas condições socioeconómicas não lhes favorecem bastante.

O modelo dual da Cidade de Maputo e o modelo económico neoliberal condicionam as opções de busca e utilização de água dos moradores, que se materializam em pluralidade de práticas e fontes de busca e utilização de água. A noção de “pluralidade de fontes e práticas de busca de água”, inspirado no pluralismo médico de Muela (2007), ajuda a reflectir sobre o serviço de abastecimento de água da Cidade de Maputo pelo menos em duas dimensões diferentes, que são: (i) a política – que são opiniões elaboradas em termos ideológicos e/ou pragmáticos sobre como as fontes distribuição de água deveriam funcionar e coexistirem em determinados espaços geográficos e contextos socioeconómicos. Portanto, o discurso político do pluralismo versa sobre quais devem ser

as fontes de água presentes no determinado contexto, quais devem ser os seus estatutos legais — quais devem ser alternativos, excluídos ou proibidos — e como devem interagir entre si;

(ii) a etnográfica, a qual este estudo mais explora, mostra como diferentes fontes de água (ligações domiciliárias, valas de drenagem, tubos rompidos e águas das chuvas) coexistem de facto no bairro da Malanga e mostra que as diversas fontes de água são recorridas de acordo com as finalidades que se pretendem com as águas. Entendo que, nestes contextos, não existe fontes de água que se poderia denominar como “o principal” muito menos pode-se falar de fontes “alternativas” de água, pois, não obstante as suas múltiplas implicações na saúde humana, cada fonte tem a sua utilidade dentro contexto da Malanga e faz parte da vida quotidiana dos utentes.

O uso de água de fontes consideradas como não segura (aquelas que estão sujeitas de contaminação fecal e ou química) como, por exemplo a água da vala de 16 de Junho e de tubos rompidos tem, segundo OMS (2010), consequências nefastas na saúde pública, tais como morbimortalidade de crianças por doenças diarreicas, malnutrição, anemia e malária (a principal causa de morte em Moçambique).

Ainda no âmbito das implicações do acesso limitado de água, um estudo feito em 2020 na Cidade de Maputo pela UN-Habitat mostrou que os moradores dos bairros suburbanos da cidade de Maputo, devido ao seu limitado acesso aos serviços de redes de distribuição de água e energia, constituíam grupos populacionais mais vulneráveis a contágio da COVID-19.

O acesso inadequado à água, saneamento e higiene para além de prejudicar a saúde física e emocional das pessoas é uma ameaça a segurança, bem-estar, educação e dignidade humana (OMS 2010).

Água e seus diferentes significados

Alguns estudos têm procurado entender as relações entre as características biofísicas da água e o seu constructo social (Empinotti 2008). O constructo social da água acontece através da forma em que a mesma é manipulada, transportada, utilizada e atribuída os diversos significados (Prudham 2003). O entendimento dos mecanismos responsáveis pelo constructo social da água passa por um entendimento diferenciado do conceito de

acesso, sobretudo em relação aos mecanismos que levam as pessoas a se beneficiar destes serviços.

Em função das suas características e as condições de acesso, o significado da água e das suas respectivas fontes de distribuição podem ser interpretado de diversas maneiras, reflectindo os diferentes entendimentos deste recurso natural. Portanto, o significado da água vai para além do seu entendimento a partir de conhecimentos de engenharia civil e se torna um espelho das relações entre sociedade e a natureza. Por exemplo, nos contextos estudados do bairro da Malanga a água da torneira, de tubos rompidos e da vala são associados a significados diferentes, pelos usuários, em função da sua utilidade. As águas das torneiras são usadas para beber, pois os moradores “afirmam que é boa para beber (potável¹⁶)”. Enquanto as águas da vala somente servem para actividades domésticas, pois os moradores afirmam que “não é boa para beber, se beber esta água ou usar na cozinha pode trazer doenças”.

Experiências quotidianas e os seus processos sociais estruturantes

Na presente secção apresento 4 histórias de vida dos habitantes do bairro da Malanga. As primeiras três histórias foram reconstruídas através da observação precisas (focadas) das histórias de vida de algumas moradoras da Malanga, usuárias de diferentes fontes de água existentes no bairro da Malanga. E, a última história relata a experiência de uma moradora que usa somente à água da torneira para as suas actividades domésticas. Nas histórias para além de traçar um perfil socioeconómico e trajetória de vida das pessoas, analiso as diversas forças sociais que condicionam as práticas e opções de busca e utilização de água.

Experiências quotidianas

Durante o trabalho de campo, dentre vários habitantes do bairro da Malanga, conversei com a Rita, Rosa e Mariamo. Para além das conversas rotineiras estabelecidas nos espaços de busca e utilização da água, observei as suas rotinas diárias, especialmente no contexto de realização das suas actividades domésticas.

Rita, moradora do quarteirão 7 do bairro Malanga, de 19 anos de idade, solteira, sem filhos, nascida no distrito de Mocuba, província da Zambézia,

¹⁶ A palavra potável é minha interpretação.

aos seus 3 anos de idade, junto com seu pai e sua mãe, mudaram – se para Maputo, onde foram viver no bairro de Khongolote, em uma casa de aluguer. Seu pai era trabalhador das minas da África do Sul, e sua mãe, para além de cuidar da casa e das crianças, vendia bolinhos num mercado do bairro.

Em 2017, o pai da Rita morreu, e um ano depois, sua mãe teve um namorado. “O namorado da minha mãe era drogado e bêbado e, um dia, minha mãe saiu de casa e nunca mais voltou” – disse a Rita, com lágrimas no rosto. A partir deste dia, durante três anos, a vida da Rita foi marcada por ameaças e assédios que vinham da parte do namorado da mãe.

“Em Maio deste ano (2020), Eu já estava na 10^a classe, sai de casa”. Foi neste contexto, que a Rita alugou uma casa no bairro da Malanga. No espaço onde a Rita arrenda, para além da sua casa, existem mais duas casas, também arrendadas por mulheres. As paredes e tetos das casas são de chapa de zinco, em estado velho. As três famílias partilham, para além do quintal, a casa de banho e a cozinha.

A casa da Rita é composta por um único compartimento que ela faz de sala e quarto. Para ganhar a vida a Rita vende bolinhos na baixa da Cidade de Maputo, actividade que apreendeu desde pequena com a sua mãe.

“Quando cheguei neste bairro a dona de casa apresentou-me a casa e explicou-me as regras. Ela disse que não tem água no quintal, eu poderia comprar nos vizinhos, quando tiver dinheiro. Quando não tiver dinheiro, existem alguns lugares no bairro onde posso buscar água e não se paga – é de borla” disse a Rita.

Nos primeiros dias, a Rita relata que tentou comprar a água, mas não foi fácil, não só pelo dinheiro que deveria ser pago, mas também pelas exigências e tratamento que recebera da dona torneira. “Não poderia ir lá de blusas de mangas cavas, mesmo em tempo de muito calor”. Então, resolveu buscar água na vala para lavar a roupa e para beber procurou outra casa que poderia comprar a água.

Assim como a Rita, existem outras pessoas do bairro com roteiro semelhante de busca e utilização da água, como é o caso da Rosa e Mariamo.

História da Rosa

Rosa é uma mulher de 24 anos de idade, vive em união de facto, mãe de três crianças (duas meninas e um menino). Dedicar a maior parte do seu tempo cuidando da casa e dos seus filhos. O seu cônjuge trabalha como segurança em um dos estabelecimentos comerciais da Cidade de Maputo.

Em 2020, a Rosa e sua família mudaram-se para o bairro da Malanga. Ela vivia primeiro no bairro de Chamanculo, na Cidade de Maputo, onde pagavam uma renda de casa no valor de 1.500 Meticais, adicionado a esta renda, pagavam à dona da casa uma taxa de 800 Meticais pela água canalizada que usavam. “Como as coisas eram muito caras, meu marido disse para mudarmos de casa”, afirmou Rosa. Foi neste contexto que uma das suas amigas, residente do bairro da Malanga, sugeriu que ela fosse morar no bairro da Malanga, porque a renda de casa era menos onerosa e havia diferentes possibilidades de obtenção de água.

Em uma das nossas conversas, a Rosa informou que actualmente pagam 1000 Meticais de renda da casa e que os custos com a aquisição da água reduziram bastante, porque “neste bairro existem vários lugares onde se busca a água”. Para beber e confeccionar os alimentos a família da Rosa recorre as águas da torneira dos vizinhos. Por cada 20 litros pagam 5 Meticais, e por semana buscam pelo menos 4 bidões de água, na correspondência de 20 Meticais. E, para lavar a roupa e tomar banho usam à água dos tubos rompidos e na vala.

História da Mariamo

Mariamo, de 20 anos de idade, mãe de um filho de 1 ano e três meses. No período em que conversamos encontrava-se grávida no seu sexto mês de gestação. Mariamo nasceu no Bairro da Malanga e, até o ano de 2017, vivia com seus pais e irmãos. No contexto da construção da ponte Maputo-Katembe, a sua família, assim como outras famílias do bairro, foi indemnizada para dar lugar as obras de construção da ponte. Então,

Mariamo e a sua família mudaram-se para um bairro de reassentamento, localizado em Tenga, na Matola.

O bairro, segundo a Mariamo, não dispõe de rede pública de água. Para obter a água as pessoas percorrem uma distância de mais ou menos 1 km. Por esta razão e pelo facto de Tenga ser distante da Cidade de Maputo – local onde exerce as sua actividade de venda de frutas, Mariamo, em 2019, decidiu retornar para o Bairro da Malanga, desta vez arrendando uma casa. Na casa arrendada pela Mariamo, como a anterior que vivia com seus pais no bairro da Malanga, não tem torneira instalada. Então, como muitos outros moradores do bairro na mesma condição, Mariamo recorre a torneiras dos vizinhos para obter água para o consumo e confeccionar os alimentos, e água da vala, de tubos rompidos e das chuvas para lavar a roupa, tomar banho e usar para outras actividades domésticas.

Esta não é simplesmente a história da Mariamo, há também pessoas como os pais da Mariamo, que estão no bairro de reassentamento, percorrendo cerca de uma hora de distância para obter a água e outros serviços básicos. No total foram 920 famílias atingidas pelo projecto de construção da ponte Maputo-Katembe, que foram reassentadas em Tenga¹⁷. No entanto, os vários reassentados ao se transferirem apontam o problema de falta de água, escolas distantes e acesso difícil a zona como característica das futuras residências.

Quando analiso as três histórias narradas acima constato a existência de um padrão em termos de perfil social dos usuários de múltiplas fontes de água, que na sua maioria são desempregadas, vivendo em casas de aluguer e com redes de familiaridades e amigos frágeis. No entanto, para a minha análise, trago também a superfície um caso (que pode se chamar, nesta dissertação, de desviante). Chamo de caso desviante porque é experiência de vida de uma cidadã que vive no mesmo bairro, mas que somente usa a água da torneira para as suas actividades domésticas. Descrevo este caso com objectivo explicar porque eles são diferentes, bem como dissipar, neste estudo, a ideia segundo a qual os moradores do bairro da Malanga seriam portadores de mesmas características sociais.

¹⁷ <http://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/moradores-da-malanga-desconfortados-com-o-reassentamento/>, acessado no dia 8 de Abril de 2020, as 11 horas, na cidade de Maputo.

História da Joana.

Joana é uma moradora do bairro da Malanga, casada e mãe de 3 crianças. A casa na qual vivem pertence aos seus sogros, que actualmente vivem no distrito de Manhiça. Joana conta que o seu marido era funcionário de uma empresa privada, no entanto, há 10 anos foi indemnizado. Com o dinheiro que recebeu abriu um negócio no bairro – que consiste em projectar filmes em uma barraca dentro do bairro. A casa onde vivem tem torneira, mas alega que nem sempre à água está disponível e, também, não são todos meses que consegue pagar a factura de água. “Há meses que vivemos sem água na torneira porque este da FIPAG vem cortar”. Nestas circunstâncias prefere buscar água na casa da tia – que também vive no mesmo bairro. Durante as nossas conversas, questionei: por que não busca água em outras fontes à semelhança de outras moradoras? Respondeu: apesar de não ser fácil, conseguimos pagar pela água, e minha tia não tem problema em nós buscarmos água na casa dela. Mas também penso que aquela água não é boa para saúde das crianças.

Assim como Joana, que usa somente água da torneira para as actividades domésticas, está Alberto, que narrei a sua história nas secções anteriores. O que Joana e Alberto têm em comum e, ao mesmo tempo os diferencia dos outros, são as capacidades financeiras de pagar pelos serviços de água, as redes de solidariedade fortalecida dentro da comunidade, o que lhes permite ter acesso a água da FIPAG, possibilidade de partilhar a água de outras torneiras em casos em a FIPAG corta a água, bem como a sua “preocupação com o estado material da água”. As histórias da Joana e Alberto mostram as algumas condições que permitem que os moradores recorram somente à água da torneira para as actividades domésticas. Na secção a seguir explico, de forma detalhada, as experiências dos usuários de múltiplas fontes de água.

Explicar e compreender o sentido das experiências e seus processos sociais estruturantes

As histórias acima narradas de busca, acesso e utilização de água não são únicas no bairro da Malanga, narro-as porque põem em relevo certas circunstâncias/condições que restringem não apenas as opções de busca e utilização de água destas pessoas, mas também da maioria dos moradores do bairro da Malanga em condições existenciais

similares. O que estas pessoas têm em comum não são simplesmente atributos pessoais e sociais como sexo, género, língua e cor da pele, o que elas realmente têm em comum é a experiência de ocuparem o grau mais baixo da escala social em uma cidade construída no modelo segregacionista.

Nas histórias e as experiências de vidas narradas de pessoas que ocupam o grau mais baixo da escala social, sobressaem 4 pontos: primeiro - as trajetórias e as experiências de busca e utilização de água não são resultados do acaso, são resultados da acção humana que foi constituída desde a construção dos espaços urbanos e peri-urbanos de Maputo contemporâneo, como o bairro da Malanga (que desde o tempo colonial se encontra na fronteira entre cidade de cimento e cidade de caniço) continua sendo habitado por pessoas com poderes económico, político, intelectual e poder de compra/consumo reduzidos.

Por exemplo, quando a família da Mariamo, junto com outras 920 famílias bairro da Malanga, são reassentadas em bairros sem acesso à água e outros serviços básicos, é uma acção humana que estava por trás. Estas pessoas são vítimas de uma política de exclusão social estrutural – o termo estrutural é adequado aqui porque, segundo Farmer (2003), mostra que as desigualdades de acesso a serviços públicos, como água por exemplo, são estruturadas por forças e processos historicamente dados (e em geral economicamente derivados).

Os habitantes das periferias urbanas constituem ainda grupos sociais mais penalizados pela falta de investimentos públicos de infra-estruturas de distribuição água potável. Os centros urbanos/ as cidades de cimento, maioritariamente habitados por pessoas que possuem poder económico, político e cultural relativamente elevado, continuam sendo os locais mais privilegiados nos investimentos em termos de infraestruturas de água e saneamento urbano.

A fim de mostrar o acentuado nível de desigualdade urbana, sobretudo para zona sul do país, podemos olhar, por exemplo, para o elevado coeficiente Gini que é de 0.54 (IOF 2014). O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e a medida que a desigualdade vai crescendo o coeficiente aproxima-se a um (1). (IOFE

2014). O Gini da cidade de Maputo está mais próximo de 1, o que significa existência acentuada de desigualdade sociais entre a população.

A urbanização e a pobreza urbana são aspectos centrais em Moçambique contemporâneo. Embora, as áreas urbanas sejam responsáveis por uma parte cada vez maior do aumento do crescimento macroeconómico positivo do país e proporcionar oportunidades para muitos, assiste-se também condições emergentes de desigualdade e pobreza, problemas ambientais, violência e crime sobretudo nos bairros periféricos. Em Moçambique, a pobreza urbana é multifacetada e em muitos sentidos mais ‘dramática’ do que a pobreza rural, devido ao contexto socio-económico que provoca ansiedade, a forte depende do rendimento em dinheiro e a vulnerabilidade das relações sociais nas vilas e cidades (Tvedten, Roque e Bertelsen 2013).

O segundo ponto que as histórias e experiências destas pessoas permitem-me constatar são as semelhanças nas trajetórias sociais, sobretudo as suas condições de vida material em termos de emprego, rendimento e acesso a principais serviços sociais. São pessoas nascidas de famílias de renda baixa e com níveis básicos de escolaridade. São também pessoas que nasceram e viveram em contexto de desigualdades, de negligência pública, de carências que são, mais uma vez, agravadas as suas situações pelos planos de desenvolvimento do capitalismo neoliberal.

Quando analiso as trajetórias de vida destas pessoas, sobretudo as posições que ocupam no processo produtivo (comerciantes informais), os níveis baixos de acesso que têm a bens materiais, culturais e políticos e poder de consumo constato que estes grupos sociais não dispõem de condições suficiente que lhes permitem ter e sustentar uma ligação domiciliária de água.

Para instalar água em uma moradia na Cidade de Maputo, para além dos documentos exigidos (NUIT, Declaração do Bairro- a sua obtenção está condicionada ao pagamento de 300,00MT referente ao Imposto Autárquico, cópia de Bilhete de Identidade) o requerente deve pagar uma taxa de 4.300,00 Meticais. E, depois de obter a canalização, o utente deve pagar mensalmente pelos serviços.

A tarifa dos serviços de água potável oferecidos pela FIPAG, a única empresa fornecedora de água potável no bairro da Malanga, varia em função do sistema e do tipo de consumidor. Para as categorias doméstica e geral aplica-se um consumo mínimo mensal, sendo de 5m³ para a doméstica. A cobrança dos consumos mensais é volumétrica para

todas as categorias. Para a doméstica cobra-se uma taxa fixa, que na nova tarifa aprovada em 2018, variam de 150,00 MT/mês para o escalão de consumo mínimo de 5 m³ e 22,00 MT/m³ para o escalão de consumo superior a 5 m³ e até 10m³ (os valores monetários mensais variam de 243, 00 Meticais a 768 Meticais)¹⁸. Estes custos são de certa forma insuportáveis para pessoas sem/ou com rendimentos financeiros mensais abaixo de 5000,00 Meticais, como é o caso de alguns moradores da Malanga.

O terceiro ponto que sobressai é o de rede de solidariedade frágeis. Como vimos nas secções anteriores a partilha de água das torneiras entre os moradores que possuem e os que não possuem torneiras seguem principalmente os critérios de amizade e familiaridade. Para os moradores, como a Rita, com poucas redes de amizade tendem a enfrentar duplo desafios no acesso a este recurso, influenciado não só pelo contexto geográfico do bairro e pela posição social, mas também pela sua limitada rede de solidariedade com as pessoas que possuem torneiras na comunidade.

Um estudo feito por Rosário, Tvedten e Paulo (2008) mostra que os mais “pobres” são caracterizados pela exclusão social não apenas material em termos de emprego, rendimento e acesso a principais serviços sociais, mas também de relações sociais vitais com a comunidade e com os membros da família alargada – simplesmente porque os “pobres” não tem meios para apoiar os membros improdutivos da comunidade e família.

O quarto e último ponto – são as políticas de redes de desenvolvimento actual e reassentamento humano da ponte de Katembe - que resultam no deslocamento das pessoas para lugares longínquos e inóspitos onde não há serviços sociais mínimos para viver. Este facto mostra, uma vez mais, uma das diversas formas de materialização do processo de exclusão das pessoas de “posição social baixa” na participação do desenvolvimento social.

A exclusão social é um termo que caracteriza o distanciamento de uma pessoa ou grupo que esteja em situação desfavorável ou vulnerável em relação aos demais indivíduos e grupos da sociedade. Normalmente, ela está relacionada a uma condição do capitalismo contemporâneo, caracterizada pela organização social estratificada, como da cidade de Maputo, impulsionado pela estrutura desse sistema econômico e político (Almeida et

¹⁸ <https://www.aura.org.mz/tarifasemvigor.html>

all)¹⁹. O problema da exclusão social foi analisado na sociologia, pelo menos, três componentes diferentes conforme o analista social, que são: durkheimiana - exclusão como perda do laço socio-moral; weberiano-interaccionista - exclusão como fechamento social ou usurpação de recursos por parte de determinado grupo estatutário face aos demais ou marxista - exclusão como desapropriação dos meios de produção e demais recursos políticos e simbólicos, incluindo a não participação nos processos de decisão política (Idem).

No entanto, face a esta exclusão que se manifesta em diversas formas, alguns moradores do Malanga reassentados ou realocados, devido a localização do bairro - situado perto da cidade, vem-se obrigadas a voltar para o bairro, pois muitas delas dependem de negócios informais nos mercados Malanga e baixa da cidade para a sua sobrevivência. A sua sobrevivência está, diretamente, ligada a oportunidade que a localização do bairro, em termos facilidade de mobilidade, oferece para o exercício das suas actividades comerciais.

A avaliação que eu faço das circunstâncias leva-me a concluir que provavelmente as experiências dos usuários de diversas fontes de água são produtos do social, construído e reconstruído entre forças político-económicas que moldam a vida quotidiana. Embora, os estes moradores frequentemente reajam a essas forças passivamente, eles também podem responder aos sistema económico e sistema político-institucional de maneira activa.

Estrutura social versus acção social: mecanismo de (re) produção e transformação do sistema de distribuição de água na Cidade de Maputo

Como vimos na secção da construção da problemática teórica, no atinente a reprodução social existe uma longa tradição nas ciências sociais em perguntar: como é que as normas, as práticas e os valores e os esquemas conceptuais vêm a ser reproduzidos por e para os actores.

A teoria da prática procura explicar o processo de reprodução social a partir de dois modelos explicativo (estruturas sociais e acção social). Reconhecesse o poder que as estruturas sociais têm na configuração das experiências de vida e opções das pessoas, no entanto, privilegiasse também as práticas de vida quotidiana, nas performances das

¹⁹ Almeida, João *et al.* 1992, *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Lisboa: Oeiras: Celta Editora.

peessoas no dia-a-dia, encenações quer na conduta quer na fala como elementos com poderes de informar/transformar os sistemas.

É, por meio deste exercício reflexivo, que argumento, por um lado, que as práticas e experiências de busca e utilização de água no bairro da Malanga são influenciadas pelo modelo segregacionista da cidade de Maputo, bem como o sistema económico do capitalista neoliberal – que oferece poucas oportunidades de acesso a serviços de abastecimento de água aos moradores da Malanga com rendimentos económicos baixos e redes de solidariedade frágeis.

Por outro lado, acções dos moradores do bairro da Malanga são também baseadas em cálculos bem elaborados tendo em conta a disponibilidade da água, por exemplo os usuários de diferentes fontes de água afirmam: na vala todo tempo está a sair água. Outro aspecto que veio a superfície é a preocupação com a gestão das finanças domésticas, como é o caso da Rosa, Mariamo e Rita.

A partir destas experiências de vida das pessoas constato que as acções dos moradores da Malanga que frequentam múltiplos locais de busca de água são de longa duração e baseados em um cálculo racional. Em relação a discussão se as acções humanas são de longa ou curta duração, Sahlins (1981) argumenta que os seres humanos agem conforme planos ou programas, cuja perspectiva temporal é sempre mais longa do que qualquer jogada singular e muito menos decisões *ad hoc*, e/ou “jogadas” relativamente de curto prazo.

Sem dúvida, a maioria das jogadas são inteligíveis somente nos contextos dos planos mais amplos. Por exemplo, no contexto em que ocorrem as práticas de busca de água em múltiplas fontes de água as pessoas agem em conformidade, em parte, da estruturação histórica das fontes de busca de água disponíveis no bairro, bem como da limitada intervenção, na perspectiva de expansão e melhoria contínua, dos serviços de abastecimento de água da rede pública - por parte do Governo Central e Municipal no sector da água.

As múltiplas práticas de busca e uso de água entre alguns moradores da Malanga é também movido por eventos climáticos marcantes, como a seca que assolou a zona sul de Moçambique.

Na região sul do país, desde 2016, a escassez de água potável tende a agravar-se devido a seca. Em função disso, entre 2019 a 2020 os reservatórios do Pequenos Libombos, que abastece diretamente Maputo, encontravam-se a 24% da sua capacidade, enquanto Corumana, fonte alternativa, encontra-se a 26%²⁰. Diante deste cenário, as autoridades do sector de água e saneamento da cidade de Maputo vem, desde 2016, introduzindo políticas de restrições de abastecimento de água as populações, por algumas horas por dia ou em dias alternados, prejudicando o acesso pleno dos serviços de abastecimento de água, sobretudo as populações, como alguns moradores do bairro da Malanga, que não têm meios capazes (tanques, por exemplo) de conservar a água por mais de 2 dias.

A despeito dos eventos marcantes com poder de transformar as práticas, Sahlins (1981), apresentou um modelo bastante interessante argumentando que a mudança radical não precisa ser equiparada com a chegada ao poder de grupos com visões de mundo alternativas. O autor argumenta ainda que as pessoas em diferentes posições sociais têm diferentes interesses e agem em conformidade com esses interesses. Em si isto não implica conflito ou luta, nem mesmo implica que pessoas com interesses diversos tenham visões de mundo radicalmente distintas. Entretanto, implica que, ao surgirem oportunidades, elas procurarão reforçar as suas posições e irão fazê-lo por meios localmente disponíveis para pessoas em suas posições ou condições.

O *Habitus* por ser um sistema de disposições duráveis predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ele é responsável pela reprodução das lógicas que orientam as acções de busca de água, como evidencio através da experiência da Rita.

“Quando cheguei neste bairro a dona de casa apresentou-me a casa e explicou-me as regras (...). Ela disse que não tem água no quintal, eu poderia comprar nos vizinhos, se tiver dinheiro. Se não tiver dinheiro, existem alguns lugares no bairro onde posso buscar água e não se paga – é de borla” (Rita, 19 anos).

Os outros lugares, mencionados pela Rita, referem-se a vala e tubos rompidos que são sistematicamente recorridos pelos moradores do bairro. Em suma, os *habitus* encadeiam acções objectivamente organizadas e com probabilidade de ocorrência compatível ao contexto social e económico, mas sujeitas as permanentes modificações e renovações nas condições materiais, simbólicas e ambientais da experiência dos indivíduos.

²⁰ PORTALDOGOVERNO.GOV.MZ, acessado em 29 de Agosto de 2020, www.portaldogoverno.gov.mz

Capítulo 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, baseado no método etnográfico, possibilitou-me compreender que a prática de busca, o acesso e a utilização de água na Cidade de Maputo traduz-se em jornadas complexas, cujas experiências individuais e de colectividades materializam-se de diferentes formas, dependendo do lugar geográfico, o modelo económico de organização social, posição social dos indivíduos, bem como a sua rede de solidariedade com a comunidade.

O bairro da Malanga, historicamente, surge para albergar moçambicanos que pretendiam trabalhar no CFM. O bairro tornou-se em uma periferia urbana (então chamados regedorias) sem serviços de saneamento e água. Estas configurações socioespaciais do bairro ainda persistem. Embora, o bairro tenha teoricamente o serviço de abastecimento de água todos os dias, a sua distribuição limita-se aproximadamente a 1/2 horas, e é feita de forma alternada, dia sim, dia não, em casos extremos o fornecimento pode levar uma ou duas semanas. A distribuição limitada da água para as populações suburbanas da cidade de Maputo é, em parte, um problema histórico da construção dos espaços urbanos, marcado por dualidade segregacionista que agravado pelo modelo político-económico (neoliberal) do país.

O modelo dual de construção da cidade de Maputo e o sistema neoliberal, no qual a água é tida não somente como bem de valor económico, mas que também as empresas provedoras dos serviços visam angariar lucros, têm implicações de diversas ordens na vida das pessoas. Por exemplo, os moradores do bairro da Malanga, sobretudo os que habitam nos Q5, 6 e 7, para as suas diversas actividades domésticas recorrem a múltiplas fontes de água existente no bairro tendo em conta a finalidade que se pretende com a água. Para beber e confeccionar os alimentos recorrem à água das torneiras e para lavar a roupa, a louça, tomar banho e uso nas casas de banhos recorre-se a água dos tubos rompidos, a vala e chuvas. Estas práticas de busca e uso de água em diferentes fontes de água acontecem de forma regular e sistemática.

O uso de múltiplas fontes de água, alguma delas sujeitas de contaminação fecal e ou química, como, por exemplo à água da vala de 16 de Junho e de tubos rompidos têm/pode ter consequências nefastas na saúde pública dos usuários, tais como doenças diarreicas,

malnutrição, anemia e malária (a principal causa de morte em Moçambique). O acesso inadequado à água, saneamento e higiene para além de prejudicar a saúde física e emocional das pessoas é também uma ameaça a segurança, bem-estar, educação e dignidade humana.

As jornadas de busca, acesso e utilização das águas dos moradores da Malanga chamaram a minha atenção em 2 pontos: o primeiro - mesmo que a cobertura de infra-estrutura para distribuição de água canalizada no bairro fosse maior, ela não é condição suficiente para que as pessoas utilizem tal recurso, como releva a experiência da Gilda, que mesmo tendo torneira em casa recorre a água da vala a fim de economizar nas despesas de casa e nem sempre o líquido está disponível nas torneiras.

No entanto, o limitado uso da água do FIPAG não se justifica somente pela limitada tecnologia e infra-estrutura, mas também pela falta de rendimento financeiro fixo, por parte dos moradores da Malanga, para pagar por tal serviço, considerada como elevada pelos moradores, cobrada pelos serviços e limitada disponibilidade no fornecimento da água nas torneiras. Isso mostra a tensão entre dois modelos de fontes de distribuição de água onde um se baseia em infra-estrutura e o pagamento de tal serviço e outro no modelo onde a colecta (adução) da água não existe, seu uso é realizado directamente na fonte e não existem encargos financeiros pela utilização da fonte, como é o caso da vala, tubos rompidos e águas das chuvas.

O segundo ponto - a prática de busca de água em diversas fontes faz parte das relações sociais dos moradores do bairro da Malanga, na qual ocorrem relações de troca e apoio mútuo entre os moradores. As fontes de água tornam-se em espaços onde as pessoas da comunidade interagem e fortalecem as relações de solidariedade e entreajuda. As transacções económicas aparentemente de baixa escala têm também um grande impacto na estruturação e reprodução dos padrões de renda das pessoas que habitam no bairro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agar, Michel. 2008. *The Professional Stranger: an informal introduction to ethnography*: 2nd edition PP 113-132.

Bourdieu, Pierre. 1978 [1972]. *Outline of a theory of practice*. England: Cambridge University Press.

Farmer, Paul. 2003. *Pathologies of Power: Heath, Human Right, and the New War in the Poor*. California: University of California Press.

Ferreira, Rita 1968. *Os Africanos de Lourenço Marques. Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*. Maputo: Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique.

Lock, Margaret. 1993. *Encounters with aging*. Berkeley: University of California Press.

Macamo, Elísio. 2016. *Sociologia prática: como alguns sociólogos pensam*. Maputo: Imprensa Universitária.

Marx, Karl e Engels, Friedric. 1993. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 9ª Edição.

Mauss, Marcel. 1990. *The Gift: The Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*. London: Routledge

Newitt, Malyn. 1997. *História de Moçambique*. Mira-Sintra-Mem Martins: Publicações Europa-América.

Peters, Pauline. 1994. *Dividing the Commons. Politics, Policy, and Culture in Botswana*. New York: Charlottesville Univ. Press Va.

Sahlins, Marshall. 1976. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

_____. 1981. *Historical metaphors and mythical realities: Structure in the early history of the Sandwich Islands Kingdom*. New York: Ann Arbor, University of Michigan Press.

_____. 1990. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Sell, Carlos. 2006. *Sociologia Clássica*. Santa Catarina: UNILAVI

Strang, Veronica. 2004. *The Meaning of Water*. England: Oxford

_____. 2009. *Gardening the World: Agency, Identity and the Ownership of Water*. England: Oxford.

Turner, Victor. 1967. *The forest of symbols*. Ithaca. New York: Cornell University Press.

Whiteley Ingram et al. 2008. *Water, Place, and Equity*. Cambridge, MA: MIT Press

Artigos, teses, dissertações e textos Online

Almeida, João et al. 1992, *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Lisboa: Oeiras: Celta Editora.

António, Meque, 2014. *Reforma do Estado e o direito à Educação básica em Moçambique (1987-2007)*. Dissertação de Mestrado não publicada. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Araújo, Manuel. 2003. *Os espaços urbanos em Moçambique*. São Paulo: Geosp – Espaço e Tempo, n. 14, p. 165-182.

Bastos, Juliano e Duarte, Stela 2017. *Políticas educacionais e transformações socioeconómicas no período pós-colonial em Moçambique*. EDUCERE. ISSN 2176-1396.

Bos, Robert et al. 2016. *Manual Sobre os Direitos Humanos à Água Potável e Saneamento para Profissionais*. London: Comité da ONU sobre direitos económicos, sociais e culturais (CESCR).

Cabaço, José. 2007. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Tese. (Doutorado em Antropologia Social).

Curto, Marta. 2010. “À sombra da cidade de cimento”. *Tabu, Jornal Sol*, de 6 de Agosto de 2010. 5257.

Custódio, Vanderil e Maloa Joaquim. 2018. *A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação*. Geosp – Espaço e Tempo v. 22, n. 1, p. 008-024.

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article> [consultado em 3 de Setembro de 2020].

Empinotti, Vanessa. 2008. *Quando ter água na torneira não é o suficiente: os diferentes significados da água em uma comunidade ribeirinha do Baixo Rio São Francisco*. Brasil: IV Encontro Nacional da Anppas.

Fischer, Michael. 2006. “Changing Palestine-Israel ecologies: narratives of water, land, and conflict, and political economy then and now, and life to come”. *Cultural and Politic*. 2(2):159–92.

Franco, Ricardo. 2016. *Situação da água, saneamento e higiene em Moçambique*. UNICEF/MOZA2016-00641/.

Hammersley, M e P Atkinson. 2017. *Ethnography: Principles in Practices*. New York: Routledge: PP 1-20.

Harvey, David, 2010. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Boitempo.

Matsinhe, Cristiano, Nhamazi, Hélder e Rafael, Rildo. 2007. “*Análise Contextual sobre HIV/SIDA, Água e Saneamento, Gestão de Desastres Naturais: Advocacia e Mudanças Climáticas*”. Maputo: Kula.

Matsinhe, Juízo e Macheve, Santos. 2008. *Regulation of water resale activities in periurban areas of Maputo*”. Maputo. S/Editora

Mauss, Marcel, 1966. *The gift; forms and functions of exchange in archaic societies*. London: Cohen & West.

Morsy, Soheir. 1979. “The Missing Link in Medical Anthropology: The Political Economy of Health”. *Reviews in Anthropology* 6: 349–63.

Mosca, João. 2005. *Economia de Moçambique seculo XX*. Lisboa: Instituto Piaget

Muela, Ribera 2007 “Pluralismo Médico em África” *In Medicus Mundi Catalunya (org) Mulher, Sida e o Acesso à Saúde na África Subsahariana, Sob a Perspectiva das Ciências Sociais*. Barcelona: Lluís S. L.

Nichter, Mark. 2008. “Coming to Our Senses: Appreciating the Sensorial in Medical Anthropology”. *Transcult Psychiatry* 45: 163.

Orlove, Ben and Caton, Steven. 2010. “*Water Sustainability: Anthropological Approaches and Prospects*”. New York: Department of Anthropology, Harvard University.

Ortner, Sherry. 2011. “Teoria na Antropologia desde os anos 60.” *MANA* 17(2): 419-466, 2011

Paulo, Margarida, Rosário, Carmeliza e Tvedten, Inge. 2007. *CMI Relatório -Xiculungo Relações Sociais da Pobreza Urbana em Maputo, Moçambique*. Norway: Chr. Michelsen Institute.

Rosário, Carmeliza, Tvedten Inge e Paulo, Margarida. 2008. ‘*Mucupuki*’ *Relações Sociais da Pobreza Rural-Urbana no Centro de Moçambique*. Norway: Chr. Michelsen Institute.

Tvedten, Inge; Roque Sandra e Bertelsen Bjørn. 2013. *Resumo de Política I: Espaço Urbano e Pobreza em Maputo, Moçambique*. Bergen: Chr. Michelsen Institute. 2013Volume 12 Nº 2.

Pereira, Álvaro. 2011. *Água em Angola: a insustentável fraqueza do sistema institucional*, *Revista Angolana de Sociologia*.

<http://journals.openedition.org/ras/519> [consultado em 5 de Agosto de 2020].

Prudham, S. Taming Trees. 2003. “Capital, Science, and Nature in Pacific Slope Tree Improvement”. *Annals of the Association of American Geographers*, v.93, n.3, p.636 - 656.

Roda, Alberto. 2012. *O acesso limitado à água potável nos países da África subsaariana como violação dos direitos humanos*.

<https://revistas.ufrj.br/index.php/inter/article/download/28339/17618> [consultado em 23 de Junho 2020].

UEM. 2006. *Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

UNICEF. 2020. *Água, saneamento e higiene: Para cada criança, água limpa*. <https://www.unicef.org/mozambique/%C3%A1gua-saneamento-e-higiene> [Consultado em 8 de Agosto de 2020].

Vieira, Lisete. 2011. *Sistemas de Informação Geográfica como suporte à gestão de sistemas de abastecimento de água. O caso da freguesia de Meirinhas, Pombal*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Modelação Territorial Aplicados ao Ordenamento.

Von Vorgelegt, Krause e Tübingen Aus. 2007. *The political economy of water and sanitation in developing countries: Cross-country evidence and a case study on Colombia*. Colombia: Universität Gießen, Dissertation zur Erlangung des Grades eines Doktors der Wirtschaftswissenschaften (Doctor rerum politicarum) des Fachbereichs Wirtschaftswissenschaften der Justus-Liebig.

WHO. 2005. “Children's Health and the Environment – A global perspective. A resource guide for the health sector”.

<http://www.who.int/ceh/publications/handbook/en/index.html> [Consultado em 8 de Abril de 2020].

Relatórios, Leis, Políticas e Legislações

Boletim da República Diploma Ministerial no 258/2010, de 30 de Dezembro, Boletim da República, 3º Suplemento;

Boletim da República, Resolução 8/2005 Resolução No 60/98 de 23 de Dezembro de 1998. Política Tarifaria de Águas -Boletim da República – I Serie No 51;

Constituição da República Popular de Moçambique 1975. Boletim da República: I serie, número 1. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Decreto 18/2009, de 13 de Maio. Boletim da República, Suplemento. Decreto 19/2009, de 13 de Maio. Boletim da República, Suplemento.

Decreto 26/91, de 14 de Novembro. Boletim da República Decreto 73 e 74/2008. Boletim da República Diploma Ministerial no 23/2002.

DNA. 2004. *Plano Estratégico de Saneamento de Maputo*. Maputo: Direcção Nacional da Água/Ministério das Obras Públicas e Habitação.

DNA. 2008. *Plano Estratégico de Água e Saneamento Urbano: 2006-2012*. Maputo: Direcção Nacional das Águas/ Ministério das Obras Públicas e Habitação.

DNAAS. 2018. *Plano de Acção do Sector de Água Para À Implementação dos Objectos de Desenvolvimento Sustentável 2015 – 2030*. Maputo: MOPHRH.

INE- Delegação da Cidade de Maputo. 2020. *Anuário Estatístico da Cidade de Maputo Cidade*. Maputo: Direcção Nacional de Estatística.

INE. 2019. *Resultados Definitivos do IV Censo Geral da Populacional e Habitação 2017*. Maputo: Direcção Nacional de Estatística.

Lei 16/91, de 3 de Agosto de 1991. (Lei das Águas), Boletim da República No 51 – I Serie No 31.

Lei 25/91, de 14 de Novembro. Boletim da República Lei 72/98, de 23 de Dezembro.

MOPH. 2012. *Inquérito de Base 2011: Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR)*. Maputo: Ministério de Obras Publicas e Habitação.

OMS. 2010. *Primeiro relatório da OMS sobre doenças tropicais negligenciadas: Avanços para superar o impacto global de doenças tropicais negligenciadas*. Geneva: World Health Organization

OMS. 2019. *Sistema Nacional do suporte a Água, Saneamento e Higiene: Relatório do Estado Global 2019*. Genebra: World Health Organization; Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

Resolução n.º 15/2020, Boletim da República, 14 de Abril de 2020, Boletim da República, 3º Suplemento, I Serie- Número 70

UN Water. 2019. *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 209: Não deixar ninguém para atras. Programa Mundial da UNESCO para Avaliação dos Recursos Hídricos*. Genebra: UNESCO

UN Water. 2020. *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2020: Água e mudança climáticas*. Genebra: UNESCO

UNU- Habitat. 2020. *Relatório da Avaliação de Vulnerabilidade e resposta à COVID-19 nos Municípios de Moçambique*. Maputo: UNU-Habitat – Maputo

UNU-Habitat. 2007. *Perfil do sector urbano em Moçambique*. Maputo: UN-HABITAT, United Nations Human Settlements Programme.

WHO. 2003. *The right to water*. Genebra: World Health Organization

WSP. 2008. *Levantamento de Iniciativas nas áreas peri-urbanas de Maputo*. Water and Sanitation Program.

Apêndices e anexos

Instrumentos de colecta de dados

Objectivos específicos (OE) do estudo	Técnica de recolha de dados	Categorias de informantes	Guião de questões e/observação	Notas do campo
OE.1. Descrever as práticas e acções de busca e uso de água no bairro da Malanga;	-Entrevistas em profundidade - Observação participante	Usuários de água: Moradores do bairro Malanga	<p>Introdução (apresentação, explicar objectivo do estudo, e pedido de consentimento)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Pode descrever a situação de água neste bairro; Quais são os grandes problemas? 2. Aonde que as pessoas do bairro buscam água? -Em que circunstancias (por que) usam estas águas? 3. Na sua opinião o que deveria ser feito para melhorar os sistemas de distribuição de água no bairro? 4. Ciclo normativo – ver a vida quotidiana (histórias de vida) <p>Observação: -Visitar os locais mencionados; que actividades são feitas; quem são as pessoas (sexo, idade)</p>	

			<p>- Descrever; se possível fotografar; aprofundar a história (se tiver) do sistema, quando foi implantado, quem implantou? Como foi recebido pela população?</p>	
--	--	--	---	--

<p>OE2: Mapear os sistemas de distribuição de água existentes no bairro da Malanga;</p>	<p>- Inquérito curto/técnica de recenseamento</p> <p>-Observação nos locais/fontes</p>	<p>Usuários de água: Moradores do bairro Malanga</p>	<p>Introdução (apresentação, explicar objectivo do estudo, e pedido de consentimento)</p> <p><u>Aspectos a observar</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Identificar o tipo do sistema 2- Observar as actividades feitas, como são feitas e em que circunstancias são feitas. 3- Observar as horas (período), dias da semana mais frequentada e quem são as pessoas (homens, mulheres, crianças); cada grupo o que actividade faz; Número de pessoas que frequentam cada período? As regras estabelecidas (Ex. critério de chegada) 	
---	--	--	---	--

			<p><u>Conversas informais</u></p> <ul style="list-style-type: none">1- Aprofundar as circunstâncias em que são usadas os sistemas2- Aprofundar a história (se tiver) do sistema, quando foi implantado, quem implantou? Como foi recebido pela população?	
--	--	--	---	--

<p>OE3: Descrever os mecanismos de produção e reprodução dos sistemas de distribuição de água no bairro da Malanga;</p>	<p>Entrevistas em profundidade</p> <p>-Observação participante no quotidiano das pessoas</p>	<p>Usuários das águas</p>	<p>I- Introdução (apresentação, explicar objectivo do estudo, e pedido de consentimento)</p> <p>1- Por favor poderia - me contar a sua história de vida? (Quem é; Onde nasceu; Onde cresceu; quem a/o criou; estado civil);</p> <p>- História dos seus pais/encarregados de educação (como foi criada/quantas pessoas vivem na sua casa, como sustentavam a casa).</p> <p>-2- No nosso dia-a-dia usamos água. Poderia descrever como faz as suas actividades domésticas que envolvem o uso de água? Quais são as principais fontes de água que usam em casa? Por que? - Quais são as actividades para cada tipo de água? Por que?</p>	
---	--	---------------------------	--	--

			<p>NOTA: prestar atenção na rotina das pessoas, práticas de busca de água que realizam repetidamente....</p> <p>Captar normas, valores: processo de socialização: Focar em uma determinada prática de socialização (ex. ida a fonte de água com seu/sua filha)</p> <p>Captar eventos – significativos</p>	
--	--	--	---	--

Credencial



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Visto

A Directora Adjunta Para Pós-Graduação

Esmeralda Mariano

(Professora Auxiliar)

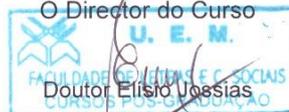
CREDENCIAL¹

O Sr. **Cremildo Luís S. Mubate** frequenta o curso de Mestrado em Antropologia Social na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, e está a elaborar uma dissertação subordinada ao tema: "Práticas de busca e uso de água entre os moradores do Bairro da Malanga, Maputo". Solicitamos as Autoridades do Bairro da Malanga, Cidade de Maputo que lhe seja concedido o apoio necessário para o alcance dos seus objectivos.

Antecipadamente gratos pela vossa colaboração.

Maputo, aos 22 de Outubro de 2020

O Director do Curso



Doutor Elísio Jossias

¹ Válido por 90 dias contados a partir da data da assinatura